



Nós Globais

Investigações em curso sobre
Questões da Globalização

Pedro Abrantes e Elsa Lechner
Coordenação

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2022

COLEÇÃO
DE **ESTUDOS**
— GLOBAIS
Compreender a Globalização

**COLEÇÃO
DE ESTUDOS
GLOBAIS**

Compreender a Globalização

DIREÇÃO DE

Guilherme d'Oliveira Martins, João Relvão Caetano e José Eduardo Franco

COMISSÃO CIENTÍFICA CONSULTIVA INTERNACIONAL

Anabela Pereira (Universidade de Aveiro)
Annabela Rita (Universidade de Lisboa)
António Araújo (Universidade de Lisboa)
Arlindo Oliveira (Universidade de Lisboa)
Carlos Borrego (Universidade de Aveiro)
Carlos F. Clamote Carreto (Universidade Nova de Lisboa)
Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)
Celso João Carminati (Universidade do Estado de Santa Catarina)
Christine Vogel (Universität Vechta)
Delfim Leão (Universidade de Coimbra)
Edgard Leite (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Fabrice d'Almeida (Université Paris II – Panthéon-Assas)
Fernando Alberto Torres Moreira (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Jacinto Jardim (Universidade Aberta)
José António Porfírio (Universidade Aberta)
José Ignacio Ruiz Rodríguez (Universidad de Alcalá de Henares)
José Maria Silva Rosa (Universidade da Beira Interior)
Luís Machado de Abreu (Universidade de Aveiro)
Luísa Paolinelli (Universidade da Madeira)
Luiz Eduardo Oliveira (Universidade Federal de Sergipe)
Marco Daniel Duarte (Universidade Aberta)
Maria Manuel Baptista (Universidade de Aveiro)
Mariagrazia Russo (Università degli Studi Internazionali di Roma)
Norberto Dallabrida (Universidade do Estado de Santa Catarina)
Onésimo Teotónio Almeida (Brown University)
Paulo Ferreira da Cunha (Supremo Tribunal de Justiça)
Paulo Mendes Pinto (Universidade Lusófona)
Pierre Antoine Fabre (École des Hautes Études en Sciences Sociales)
Rogério Luiz Klaumann de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina)
Stephen Croucher (University of New Zealand)
Tania Martuscelli (University of Colorado Boulder)
Teresa Pinheiro (Technische Universität Chemnitz)
Valérie Devillard (Université Paris II – Panthéon-Assas)
Viriato Soromenho-Marques (Universidade de Lisboa)

Nós Globais

Investigações em curso sobre
Questões da Globalização

Pedro Abrantes e Elsa Lechner
Coordenação

EDIÇÃO Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt | URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc | Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO Pedro Abrantes e Elsa Lechner

COORDENAÇÃO EDITORIAL Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO E EXECUÇÃO GRÁFICA Carolina Grilo

REVISÃO Milene Alves (coord.), Carlos Serra, Marta Marecos Duarte e Timóteo Cavaco

TRADUÇÃO Timóteo Cavaco

FOTOGRAFIA DA CAPA Maxwell Ingham, via Unsplash.com

ISBN 978-989-26-2409-9

ISBN DIGITAL 978-989-26-2410-5

DOI <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5>

DEPÓSITO LEGAL -

APOIO EDITORIAL E DISTRIBUIÇÃO Theya Editores – CEG-CIPSH-UAb

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes – IECCPMA

Rua Ladislau Patrício, 8, 1.º A | 1750-136 Lisboa | (00351) 969 977 702

theyaeditores@gmail.com | <http://theya-ed.org/>

Centro de Estudos Globais / Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta – CEG-CIPSH-UAb

Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, 147 | 1269-001 Lisboa

ceg.estudosglobais@uab.pt | <https://sites.uab.pt/ceg/>

As imagens publicadas na presente obra foram cedidas pelos autores dos textos que a compõem, que se responsabilizam exclusivamente pelas mesmas.

Coleção promovida em parceria com o DEG – Programa de Doutoramento em Estudos Globais/CEG/UAb e com a Fundação Calouste Gulbenkian, e em associação com a Theya Editores do IECCPMA.

COLEÇÃO DE ESTUDOS GLOBAIS

DIREÇÃO DE Guilherme d'Oliveira Martins, João Relvão Caetano e José Eduardo Franco

© DEZEMBRO 2022, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Nós Globais: Investigações em curso sobre Questões da Globalização / coordenação Pedro Abrantes e Elsa Lechner

ISBN – 978-989-26-2409-9 (ed. impressa);

ISBN – 978-989-26-2410-5 (ed. eletrónica)

I – ABRANTES, Pedro

II – LECHNER, Elsa

Sumário

Introdução: O que é fazer investigação em estudos globais?	7
Pedro Abrantes e Elsa Lechner	
Egiptologia versus egiptomania:	
Em torno do conhecimento global sobre o antigo Egito	23
José das Candeias Sales e Susana Mota	
O turismo da Madeira no processo da globalização:	
Relevância, contributos e evolução	49
João Manuel de Lemos Baptista, Jacinto Jardim e Cláudia Ribeiro de Almeida	
Metodologia para a análise da precariedade laboral	
dos jovens: O caso espanhol	71
Juan Carlos Solano Lucas, Marcos Bote, Juan Antonio Clemente Soler, José Ángel Martínez-López e Lola Frutos Balibrea	
Investigar processos de globalização em educação:	
Desafios para a prática de pesquisa	111
Anne Schippling	
A linguagem cinematográfica no processo de globalização	125
Susana Ornelas	
A globalização do risco de desastres e o desenvolvimento sustentável	145
Jorge Trindade e Pedro Pinto Santos	
População em situação de rua no Brasil e no mundo:	
Invisíveis ou indesejáveis?	171
Ana Tojal	
A dimensão cultural da globalização	197
Ana Catarina Mesquita	
Os movimentos antigénero: A globalização de uma ameaça contra a igualdade e a democracia	211
Mar Venegas	

Introdução

O que é fazer investigação em estudos globais?

Pedro Abrantes

Elsa Lechner

https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_0

In lak'hesh. Hala k'in.

[Eu sou outro tu. Tu és outro eu.]

Saudação nas comunidades maias

Os estudos globais constituem um campo em franca expansão. Não se pode dizer que sejam algo de novo. Ainda hoje nos surpreende como, já em tempos distantes, aventureiros e pensadores circulavam por caminhos inóspitos e longínquos, perseguiram registos detalhados sobre povos, épocas e lugares remotos que utilizavam para elaborar um entendimento sobre o mundo. A ciência surgiu com essa vocação global, procurando formular leis universais, mas também compreender as experiências humanas, na sua diversidade.

A modernidade é indissociável da dupla afirmação dos estados-nação e da ciência, em simultâneo. Tal processo conduziu, em grande medida, ao desenvolvimento de comunidades científicas nacionalizadas e hiperespecializadas, fragmentadas em territórios, disciplinas, grupos, objetos de investigação. Ora, cada vez mais se observa que esse duplo estreitamento, político-administrativo e disciplinar, tendo virtudes na aproximação sistemática e operativa ao real, comporta também limitações quando lidamos com os grandes desafios que se colocam, hoje, não apenas no plano do conhecimento, mas em todos os planos da nossa existência individual e coletiva.

Vivemos, pois, um tempo fervilhante, pleno de oportunidades e desafios. Em resultado de uma intensificação e aceleração sem precedentes da circulação de bens, pessoas, capitais e informação, temos hoje acesso a recursos e experiências inimagináveis há poucas décadas. Em segundos, estabelecemos conexões e resolvemos problemas ou necessidades que, há pouco tempo, de-

moravam meses ou anos para serem solucionados. Criamos novos problemas e necessidades com os quais nem sonhávamos. Tal facto tem revolucionado também o trabalho académico e a investigação científica. Todavia, esse movimento não deixa de colocar em causa o nosso pensamento e conhecimento, as nossas relações uns com os outros, a relação entre sociedade e natureza, as bases sobre as quais assentam as nossas vidas. Um enorme esforço de observação, interpretação, (re)contextualização e interação é, então, fundamental, para não sermos devorados por visões limitadas e excludentes.

Fenómenos extremamente complexos, como a digitalização, as mudanças climáticas, as migrações em massa, as pandemias, as guerras, o terrorismo ou a pobreza extrema, entre outros, não se confinam em fronteiras nacionais e disciplinares, constituindo verdadeiras ameaças à vida na Terra em toda a sua pluralidade. A nossa compreensão desses processos e a capacidade de agência perante esses problemas apenas são possíveis quando o nosso pensamento e ação adquirem, simultaneamente, uma perspetiva interdisciplinar e uma escala potencialmente mundial que não descure a compreensão e análise inter-escalas (macro, meso, micro) e inter-temporalidades dos fenómenos em causa. As mudanças avassaladoras que marcam o tempo presente permitem (exigem?) que os estudos globais se consolidem e se aprofundem, nas fronteiras do conhecimento e da ação humana, no sentido também do interconhecimento entre diferentes experiências e visões do mundo. É esse o *momentum* dos estudos globais, necessariamente interligados aos conhecimentos e práticas locais com revisitação da história do planeta e das relações entre povos.

Na linha de José Eduardo Franco e João Relvão Caetano, podemos então dizer que

Assistimos [...] ao rompimento progressivo do método nacionalista de ler a organização e o funcionamento do mundo, que se afirmou nos últimos 500 anos, e cada vez mais tudo começa a ser interpretado em perspetiva global, à luz dos intercâmbios, das inter-relações, das interinfluências e das interfecundações decorrentes da aproximação entre povos e culturas de todos os cantos do planeta Terra. (Franco & Caetano, 2020: 7)

Na esteira de Pieterse (2013), os estudos globais podem ser entendidos como uma área de estudos interdisciplinares sobre a globalização, procurando dar resposta a uma intensificação das relações, fenómenos e instituições que rasgam as fronteiras nacionais e regionais, dando origem a novas configurações, oportunidades e também

riscos. Como sublinha o mesmo autor, esta área procura, também, distinguir-se de uma primeira vaga de estudos sobre a globalização – ainda ancorada a matrizes disciplinares, nacionais ou regionais –, desenvolvendo perspectivas e análises efetivamente *globais*, no modo como as próprias investigações são concebidas, desde a definição do objeto de estudo e das perguntas de partida, às diferentes teorias, métodos e dados utilizados na construção do conhecimento.

O olhar panorâmico dos estudos globais assim entendidos articula-se, pois, com as tendências e experiências do mundo atual, que são, elas mesmas, potencialmente globalizantes, mas simultaneamente reveladoras das desigualdades estruturais existentes entre zonas do globo e populações. Dois exemplos paradigmáticos dos nossos dias são as novas tecnologias e a pandemia. Os seus alcances são igualmente extensos, mas os seus usos e impactos são desiguais. As tecnologias digitais dominam a comunicação no ciberespaço, aproximando geografias longínquas no instante de um clique, mas o acesso a tais tecnologias e a literacia digital não são os mesmos para todos os habitantes do planeta. De modo semelhante, se a pandemia atinge potencialmente e de igual forma toda a gente, os seus impactos coletivos são sentidos de maneiras muito diferentes, em função da organização social e política dos diversos países, mais ou menos preparados para enfrentar a situação. A conceção desse fenómeno global que é a pandemia pode variar consoante as ideologias, desafiando inclusivamente os paradigmas de compreensão racional e científica de uma doença viral.

Se a globalização se confundiu com um futuro radioso em determinada época do século passado, ao chegar o novo milénio, a ilusão esmoreceu. Hoje, o conceito reúne múltiplas definições e tendências menos celebratórias, que denotam a clara necessidade de olharmos para a complexidade das experiências do mundo, as interações contraditórias entre *globalizadores* e *globalizados* (Santos, 2001), e a importância dos contextos e das dinâmicas globais. Numa análise não binária e não hierarquizada do global e do local, defendem Renato Carmo *et al.* que,

tal como reforçamos a ideia de que o global não deve ser entendido como uma entidade formatadora que impõe um determinado molde à vida local, do mesmo modo se percebe que a localização das práticas, identidades e tradições locais não poderá ser meramente encarada como uma exemplar vitória face à potência aniquiladora. (Carmo *et al.*, 2008: 341)

Uma visão menos continental e mais “arquipelágica” das dialéticas globais parece mais realista nos tempos de hoje, como até também numa revisitação do

passado e da história, se pensarmos de novo com olhares comparados e efetivamente globais. A *posicionalidade* de quem olha e de quem analisa determina aquilo que vê e relata, assim como a *posicionalidade* de quem aporta em terras distantes (em caravelas imperiais de outrora ou em botes de borracha atuais, sem qualquer chancela institucional) traduz narrativas diferentes sobre o habitar a Terra. São explorações do mundo diferentes, tanto no sentido da procura e imposição de poder político, económico e do poder-ser, como do confronto visível e mediatizado de visões dos fenómenos e relações entre sujeitos sociais que são hoje, potencialmente – como não eram tod@s no passado –, cidadãos e cidadãs do mundo. Os migrantes e refugiados, por exemplo, são sujeitos que veem negados direitos fundamentais e humanos debaixo dos holofotes de câmaras de televisão e na internet. A globalização das imagens e informações sublinha assim simultaneamente a sua exclusão de um dado horizonte civilizacional atual e a necessidade de reconhecer a insustentabilidade de tal exclusão, bem como a cidadania global dessas pessoas.

A visão arquipelágica que aqui apontamos – inspirada por autores oriundos dos “outros mundos” *exotizados* e colonizados pelos europeus (Glissant, Mbembe, Chamoiseau), mas que sempre foram do nosso mundo também – deseja dar conta da efetiva complexidade dos fenómenos globais, apenas apreensíveis por uma análise interdisciplinar e de geometria variável. Para além do recurso às ciências sociais, políticas e ambientais, é fundamental desenvolver os estudos globais no sentido de contemplar com igual seriedade os estudos culturais, das humanidades e das artes, capazes de chegar às expressões das identidades, das ações e interações humanas na própria produção de conhecimento sobre o global. Arjun Appadurai (1996) assenta a sua análise das dimensões culturais da globalização nas ideias de diferença e de desigualdade, refletidas tanto no espaço como no tempo das expressões humanas no planeta. Debaixo do pano da economia mundial, tecem-se etnopaisagens transnacionais que desafiam as noções de território, de fronteira, de pertença, de nação e de identidade.

A cultura do global é uma entre outras existentes. Ela mundializa consumos, acontecimentos e imaginações, mas, no mesmo movimento líquido (Bauman, 2000), cria barragens de entendimentos, de apropriações simbólicas, de acesso a direitos fundamentais e consequentes incoerências civilizatórias. Perante as ameaças ao próprio equilíbrio ecológico do planeta, são expostas as feridas e fraturas do sistema mundial. Tal cenário toca a tod@s, dando a perceber que, afinal, o barco é o mesmo e as fronteiras também. Neste contexto, a realidade das migrações internacionais ajuda a pensar em conjunto sobre a necessidade de uma reimaginação

de futuro. Levanta a questão de uma ordem de movimentos e dos corpos nos tempos de hoje, em busca de elementar justiça e de respeito pela dignidade humana. Os movimentos populacionais atuais são uma das mais dramáticas expressões da saturação dos sistemas de governança e de ordenação mundial. Ao mesmo tempo, colocam em contacto, de forma maciça, a humanidade comum na diferença, desenhando contornos de um mundo partilhado a nutrir utopias concretas e “um povo [ainda] a inventar” (Deleuze & Guattari, 1991).

Achille Mbembe (2021) defende, a este propósito, “o reencantamento do mundo”, a inspiração, a esperança, pensando na “raça humana” e nos limites terrestres. A vida no planeta está em causa. A norma de vida global é agora a de condições extremas e extremadas. A violência implícita nesta ordem das coisas é enorme para um número crescente e brutal de humanos. A tecnologia está ao serviço de maior interconectividade, mas também da segmentação do planeta, da criminalização dos movimentos, da falsa securitização das fronteiras que conduz à própria violação do direito e da lei pelas autoridades. Veja-se, a este propósito, o documentário de Nuno Escudeiro, *O Vale*, sobre a fronteira entre a Itália e a França, demonstrando as ilegalidades do Estado francês na manipulação dos dados dos refugiados, para impedir a sua entrada no país. O lado de lá de tal aproveitamento legal e tecnológico no exercício do poder traduz uma desumana *objetificação* da vida, das vidas. Em consequência, cresce a quantidade de “descartáveis” do planeta, dos “indesejáveis” (Agier, 2008), pessoas que fazem a experiência dos limites do corpo e da vida, no precipício dos seus direitos e pertença, expostos ao apagamento num mundo de parangonas mediatizadas. Mbembe, na mesma conferência citada, defende um novo *nomos* da Terra que redefina e implemente novas políticas populacionais, os contactos e confrontos geracionais, as relações culturais, bem como a própria produção de conhecimento: reparar, lembrar, rejuntar, num sistema ecológico integrado de humanos e não humanos. Gestos de comunalidade e de coabitação, numa relação consciente entre a história da vida humana na Terra e a história do planeta. Este autor sugere que pensemos os futuros da vida em equação ou de par com uma reflexão e debate sobre os futuros da razão humana. Se tod@s somos cúmplices nas vidas de cada um/a (relembra, citando Spivak, 1988), ainda falta cumprir a “potência em reserva”, o “poder latente” da humanidade partilhada. A vida global encontra-se “exponencialmente caótica” e, no entanto, “capaz de se abrir para a durabilidade”. Nesta mesma conferência, o professor de Witwatersrand defendeu uma nova imaginação política e o abraçar do drama da História para criar alternativas à humanidade residual.

Pensar o global e os estudos globais neste contexto conduz-nos, pois, a estudos que não só versem sobre estes temas prementes, mas que sejam, eles mesmos, uma prática global consciente das suas escalas, posicionamentos e cumplicidade com o tempo e as condições de vida na Terra.

A presente coletânea procura contribuir para a consolidação desta linha de investigação, ao reunir um conjunto original de textos de docentes e doutorandos da primeira edição do Doutoramento em Estudos Globais da Universidade Aberta, assim como de outros investigadores que têm vindo a adotar e a desenvolver esta perspetiva nos seus diferentes projetos. Estes capítulos foram organizados em três partes, consoante o ponto de partida principal dos trabalhos.

A primeira parte é composta pelos trabalhos que tomam como ponto de partida o *espaço-tempo* e, em particular, o modo como o mesmo tem vindo a ser reconfigurado pela ação humana no âmbito de processos de globalização, numa relação (nem sempre reconhecida) com a Natureza. Ao contrário de uma ideia inicial de aceleração do tempo, abertura generalizada das fronteiras, encurtamento das distâncias e diluição das diferenças entre territórios, aquilo a que assistimos, como se pode observar nos textos que compõem esta secção, diz respeito a fenómenos muito mais rugosos e complexos, de reconfiguração dos espaços, tendo por referência relações – de inclusão e de exclusão, de comunicação e de dominação – entre diferentes territórios, dissolvendo alguns dos seus riscos, especificidades e desigualdades, mas exacerbando outros.

No primeiro texto, José das Candeias Sales e Susana Mota providenciam uma relevante análise sobre o desenvolvimento do conhecimento sobre o Egito antigo e, simultaneamente, os seus reflexos na cultura popular global. Como notam os autores, os símbolos egípcios marcam presença, desde a Antiguidade, em diversos lugares da Europa, do Norte de África e da Ásia, ainda que durante muitos séculos os seus significados tivessem ficado silenciados pela impossibilidade de decodificar os hieróglifos, o que deu azo a diversas especulações, suposições e fantasias. Esta situação viria a mudar radicalmente, no início do século XIX, dando origem a um aumento exponencial, tanto da investigação científica (egiptologia) como do interesse público (egiptomania). Este trabalho é exemplar, por um lado, do modo como o interesse pelos outros povos e a circulação de referências culturais é algo de ancestral, mesmo quando dominado por crenças e mitos, e, por outro lado, do modo como

este processo se alterou profundamente durante a modernidade, mas num contexto em que a ciência e a sociedade não deixaram de se entrelaçar profundamente.

O segundo texto descreve a história e características do turismo da ilha da Madeira e respetiva dimensão global e cosmopolita. De entreposto marítimo entre continentes a plataforma de intercâmbios internacionais de todo o tipo, a Madeira assumiu, desde há séculos, um papel coadjuvante na expansão marítima e comercial europeia, atraindo diversos tipos de turistas, de visitantes e estudiosos, ao longo do tempo. O texto descreve o contributo da Madeira para a globalização do sector do turismo, analisa a evolução dos dez principais mercados emissores de turistas que visitaram a ilha entre os anos 1970 e 2019, referindo a importância do vinho e dos interesses externos na economia local. Faz ainda registo dos legados dos interessados visitantes sobre os aspetos culturais, científicos e da paisagem humana do arquipélago.

O terceiro texto, da autoria de Solano Lucas, Bote, Clemente Soler, Martínez-López e Frutos Balibrea, uma equipa da Universidade de Múrcia, centra-se numa transformação de fundo na esfera laboral que se tem associado à globalização capitalista das últimas décadas: a imposição da precariedade como uma condição laboral comum a uma grande parte dos trabalhadores, sobretudo dos mais jovens, e que faz emergir “o precário” enquanto um novo ator social. O capítulo procura criar uma definição própria, a partir das propostas de vários autores de diferentes países, e depois construir um modelo analítico original e sofisticado que permita observar a evolução deste fenómeno, nas últimas duas décadas, através do Labour Force Survey, uma das bases de dados internacionais, que são também marca dos nossos tempos. Se estes inquéritos permitem compreender padrões e tendências a uma escala regional (e tendencialmente global), não deixam de revelar as profundas diferenças e desigualdades entre regiões e entre estados, assim como de implicar um aturado labor de “recontextualização”, inclusive do modo como as perguntas são traduzidas e interpretadas nos diversos contextos. Ou seja, os resultados devem ser lidos à luz de um conhecimento profundo das dinâmicas dos territórios e das nações, bem como das relações entre eles, caminho aliás percorrido pelos autores, seja através do aprofundamento do “caso espanhol”, nos diferentes sectores de atividade, seja pelo seu enquadramento na realidade mais ampla da Europa do Sul.

A segunda parte agrega os textos cujo enfoque principal é a *dimensão científica e tecnológica* da vida humana e, em particular, dos fenómenos globais. Estes contributos mostram bem como, superando paradigmas nacionalistas, se têm vindo a afirmar e a disseminar pelo mundo quadros teóricos, concetuais e metodológicos

para compreender o mundo atual e, em alguns casos, lidar com os riscos que lhe são inerentes e que, cada vez mais, condicionam e enquadram a ação humana. Nestes casos, a própria ciência se examina a si própria, procurando articular experiências e conhecimentos obtidos em diferentes tempos e lugares, frequentemente através da criação de equipas internacionais de investigadores, sem abdicar do processo inverso de recontextualização que confere singularidade a cada ser humano e a cada quadro relacional.

O quarto texto, da autoria de Anne Schippling, centra-se nos estudos educacionais, um campo interdisciplinar, mas em que, como explica a autora, o “nacionalismo metodológico” tem sido predominante, dada a forte vinculação dos sistemas educativos modernos com o estado-nação. A partir de ampla e atualizada revisão da literatura sobre o tema, a autora discute as limitações desta abordagem, bem como algumas propostas para a sua superação, sobretudo no sentido de reforçar a investigação sobre os poderosos processos atuais de transnacionalização e globalização em educação, seja aqueles que decorrem da afirmação de atores globais (como os organismos intergovernamentais e as empresas multinacionais) e de uma “superestrutura educativa global”, seja aqueles que surgem “debaixo”, a partir da mobilidade e da procura dos alunos e das famílias (veja-se, por exemplo, o fenómeno crescente das escolas internacionais). Reconhecendo um conjunto de desafios teóricos e metodológicos, esta reflexão explora as práticas de pesquisa em rede e, em particular, a importância do “trabalho colaborativo em grupos ou oficinas de investigação culturalmente heterogéneos”, suscetíveis de gerar quadros teóricos e de interpretação dos dados mais aptos a compreender a complexidade dos processos globais.

O quinto texto, de Susana Ornelas, procura compreender o significado da linguagem cinematográfica no processo de globalização na sua relação com a narrativa fílmica. Utiliza o manual de Arcangelo Mazzoleni *O ABC da linguagem cinematográfica*, que, para além de ilustrar a técnica da narração audiovisual com inúmeros fotogramas retirados de filmes maiores do século XX, faculta um método de análise das sequências cinematográficas. Este estudo doutoral foca-se na “arte” de aprender a narrar visualmente, ao serviço sobretudo de professores, estudantes, educadores, jornalistas e admiradores da cinematografia em geral. Pretende ainda refletir sobre a natureza, a terminologia e as capacidades da linguagem cinematográfica, que revelam a evolução tecnológica redefinindo os limites do fílmico visível perante as incertezas do espaço a ser simulado virtualmente, através das imagens captadas e montadas nos filmes.

Com atenção aos fenômenos naturais, o sexto texto, da autoria de Jorge Trindade e Pedro Pinto Santos, analisa a globalização do risco de desastres e o desenvolvimento sustentável. A globalização dos desastres associados a fenômenos naturais é aqui entendida como um processo recente que segue lógicas globais nas quais os efeitos sistêmicos originam uma ampliação das consequências de fenômenos locais ou regionais, estudando ações concretas de desenvolvimento sustentável. Face à resposta globalizada aos desastres naturais, os autores demonstram a adoção internacional de conceitos e de metodologias uniformes, tanto na fase de avaliação dos riscos, como na fase de comunicação de resultados a decisores políticos. Estes modelos de governação tendem para uma maior ligação ao desenvolvimento sustentável, focado, ainda, na melhoria do desempenho das comunidades.

Por fim, a terceira parte agrega os contributos cujo enfoque central é a ação coletiva e, em particular, a emergência de novos movimentos no contexto da globalização, frequentemente na interseção de dinâmicas culturais, económicas e políticas. Esses movimentos reavivam reivindicações que marcaram o século XX e que os mais otimistas da modernização pensariam que já estivessem totalmente reconhecidos no século XXI, tais como o direito à habitação, a igualdade de género ou as identidades locais. Contudo, ao fazê-lo, não deixam de suscitar novos atores, relações, linguagens e estratégias, profundamente ancorados no mundo de hoje e cujas contendas serão decisivas para o mundo de amanhã.

O sétimo texto, da autoria de Ana Tojal, dedica-se à questão da população em situação de rua como fenómeno global, com vista ao estudo concreto de três cidades brasileiras – objeto do seu projeto de doutoramento. Ana Tojal interessa-se pelos processos de exclusão social e pela marginalização a que são votados os moradores de rua, guiando a sua pesquisa pela questão do reconhecimento e respeito da dignidade humana destes indivíduos. Questionando a invisibilidade social destas populações a partir da indesejabilidade de que são alvo em qualquer parte do globo, a autora analisa o fenómeno nas suas causas e consequências. Embora estejam à margem do sistema produtivo, eles e elas têm histórias diversas e formas múltiplas de sobreviver, que Tojal conhece bem através de trabalho de terreno longo e engajado como assistente social. Moradores de rua são os e as excedentes do modo de produção capitalista: desempregados, doentes, dependentes químicos ou pessoas que não se “ajustam” ao padrão de comportamento exigido pelas sociedades. O estudo pretende fazer o debate sobre a marginalização das pessoas em situação de rua, no sentido de visibilizar as suas histórias, subjetividades e lutas.

O oitavo texto, igualmente resultante de um projeto de doutoramento em fase inicial e escrito por Ana Catarina Mesquita, procura compreender a dimensão cultural da globalização. A partir de um olhar dicotómico sobre o global e o local, sobre culturas eruditas e culturas populares, destaca a amplitude transnacional das expressões culturais da nossa era. Propõe uma incursão pelos conceitos de homogeneização, heterogeneização, glocalização, polarização e hibridismo cultural, para concluir que o contacto entre culturas potenciado pela conectividade global conduz, simultaneamente, a um maior interconhecimento e à afirmação das identidades culturais locais.

Por fim, o último texto, de Mar Venegas, propõe uma nova linha de investigação sobre os movimentos sociais e políticos emergentes de contestação ao feminismo e à igualdade de género que têm vindo a surgir em diferentes partes do mundo, cujo peso é inegável na ascensão recente de partidos de extrema-direita e de líderes políticos como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Vladimir Putin ou Recep Erdogan. A autora aprofunda o caso espanhol, mas em comparação com o observado noutros países e continentes, em diálogo com trabalhos recentes de investigadores autóctones, o que lhe permite ir explorando a globalização deste movimento, a sua difusão insidiosa e instantânea através das redes sociais, muitas vezes, com base em *fake news* capazes de gerar “pânicos morais”. Detém-se no modo como esta disputa tem ocupado a arena educativa, enquanto espaço de formação das futuras gerações, por excelência, mas discorre igualmente sobre os perigos que significa para o futuro das democracias. Assim, este trabalho não deixa de contribuir para a discussão sobre a revitalização recente de ideologias nacionalistas, patriarcais, autoritaristas e anti-científicas, colocando em causa um movimento de consolidação das democracias e das liberdades que marcou a segunda metade do século xx.

A partir dos vários capítulos que compõem a presente obra e também na inspiradora e desafiante experiência que tem sido lecionar o Seminário de Metodologias de Investigação deste programa de estudos, gostaríamos de propor nestas páginas introdutórias alguns contributos para a estruturação deste campo de pesquisas.

Se pretendemos efetivamente aprofundar o nosso entendimento do mundo e produzir um conhecimento relevante para enfrentarmos os grandes desafios que se colocam hoje à existência, não podemos subsumir-nos no reino da opinião, mais ou menos erudita e informada, nem devemos recluir a abordagem metódica,

rigorosa e sistemática que é própria da *ciência*. Esta não é – nem nunca foi – o método único para alcançar uma pretensa verdade universal e intemporal, mas sim um domínio específico da ação humana, parcialmente definido por normas e valores, parcialmente incorporado no *habitus* dos investigadores, em que a teoria e a observação se combinam para criar um conhecimento mais objetivo, *mesmo* que sempre provisório e questionável (ou, podemos até dizer, *porque* sempre consciente do seu carácter provisional e aberto ao questionamento).

O facto de reconhecermos a ciência como atividade humana e, como tal, suscetível de interferências políticas, económicas, culturais, etc., não significa, portanto, deixarmos de entender também a autonomia que foi ganhando ao longo dos tempos, com base em saberes próprios, metodologias próprias, comunidades próprias. Uma autonomia sempre ameaçada por aqueles que a pretendem negar ou instrumentalizar, mas também fundamental para que a ciência possa realmente ser relevante e contribuir para um mundo melhor em diálogo com outros saberes e numa revisão da sua *posicionalidade*. Se nos lamentamos dos recursos escassos, não podemos esquecer as condições ainda mais precárias em que os nossos antepassados construíram as bases do nosso conhecimento. E se hoje temos de resistir ao controlo dos governos e dos mercados, não podemos esquecer que a ciência é – e sempre foi – um campo de lutas e de liberdades ameaçadas. Basta lembrar todos aqueles que, ao longo da História, morreram nas fogueiras, bem como aqueles que foram impedidos ou preteridos para não prosseguir investigações incómodas, enquanto outros eram recompensados por produzir avanços cognitivos instrumentais aos poderes dominantes. Dada esta profunda (e complexa) relação entre ciência e sociedade, devemos, portanto, desenvolver a nossa capacidade de tornar a ciência pública, não apenas permitindo o acesso alargado dos produtos do nosso trabalho, mas também promovendo mediações que efetivamente tornem acessível, compreensível e aliciante o conhecimento científico a um público leigo, alimentando uma cidadania informada, crítica e orientada para o bem comum.

E dizemos *ciência*, no individual, recusando aqui liminarmente o uso deste termo que se tende a impor, nas últimas décadas, apenas para referir-se às ciências ditas “naturais”, “exatas” ou “duras”, excluindo todas as restantes, com efeitos extremamente redutores e perigosos para o nosso futuro coletivo. Essa conceção tende, aliás, a atribuir à ciência um conjunto de atributos – de infalibilidade, irrefutabilidade, previsibilidade, etc. – que simplesmente não são humanos e que são até contrários aos princípios científicos, fundados na dúvida, no questionamento,

na exploração, na discussão. Representa, apenas, uma retórica que pretende reforçar processos de dominação e de exclusão aos quais devemos resistir.

Se mais exemplos fossem necessários, a recente pandemia que afetou o mundo, desde o início de 2020, foi um contexto em que se opôs claramente a capacidade criativa, integradora, plural e incerta dos projetos e saberes científicos ao discurso mitificador (e autoritarista) de uma ciência supostamente “dura”, consensual e infalível, alheia ao que é humano. Se a prudência dos cientistas para apresentar conclusões e previsões, por vezes, exaspera os políticos, ela baseia-se, antes do mais, no autoquestionamento permanente que é fundamental ao pensamento científico e no reconhecimento de que as nossas próprias conclusões e previsões não apenas são falíveis, como irão influenciar os acontecimentos que estamos a estudar.

De facto, a compreensão da ação humana não pode ser decomposta pela sua composição biológica, nem pelo conjunto de reações químicas e de forças físicas, desde logo porque a mesma compreensão é constitutiva dessa ação, pela razão e sentido que são próprios dos seres humanos. Ainda assim, as tensões e desequilíbrios tornam cada vez mais visíveis as profundas interações entre *natureza* e *sociedade*. Cada vez é mais insustentável pensar o *natural* e o *social* enquanto domínios separados, sendo essa, aliás, uma divisão criada pelo mundo moderno, que se tem tornado, não apenas um dos grandes desafios ao conhecimento humano, mas também uma crescente ameaça à nossa existência e bem-estar. Os fenómenos que observamos são inevitavelmente *totais*, utilizando a célebre expressão de Marcel Mauss.

Neste sentido, o trabalho científico implica hoje novas metodologias para explorar esta complexa interação entre a sociedade e a natureza, na qual se tem desenvolvido a Humanidade, de forma a nutri-la e a protegê-la, a devolver-lhe essa totalidade. Mas isso implica igualmente respeito pela diversidade do mundo – uma rocha não é uma célula, assim como também não é um sentimento, uma cultura ou um direito. Implica, ainda, a incorporação de novas formas de relacionamento de saberes, de poderes, de sujeitos cognoscentes sem projetos de colonização das mentes. A produção de conhecimento científico é um exercício de liberdade de pensamento e de questionamento. É uma prática e um exercício crítico-constructivo. No horizonte da urgência presente em reinventar formas mais harmónicas de habitar o planeta (a casa comum), tal prática corresponde também a uma aprendizagem ecológica das relações humanas na diferença (as humanidades no plural, de que falava Glissant). Neste sentido, os métodos e técnicas de investigação em estudos globais são um meio por excelência de experimentação ecológica e plural do pensar

e questionar os seus objetos. Ao aproximarem escalas de análise e saberes locais, representam uma forma concreta de produção de conhecimento na alteridade.

A emergência de um novo campo de estudos e, em particular, a sua natureza *interdisciplinar* ou mesmo *transdisciplinar* não nos pode levar à tentação de ignorar os avanços produzidos no âmbito das diferentes disciplinas, nem sequer a uma redução ao “mínimo denominador comum”. A especialização é, até certo ponto, inevitável e a diversidade (também na ciência) um valor a reconhecer e promover. Ainda assim, é necessário realmente equilibrar estes processos com movimentos transversais – concretizados em projetos, seminários, formações, publicações, redes, etc. – que garantam o diálogo, a aprendizagem comum e a colaboração entre investigadores de diferentes áreas disciplinares. Por outras palavras, só podemos aspirar a um conhecimento *global* se soubermos ponderar e integrar – em vez de excluir – os conhecimentos produzidos nas diferentes disciplinas, reconhecendo os diferentes enquadramentos em que se originaram e o contexto de diálogo necessário. Até porque não se trata de uma realidade a branco e negro, mas com muitas tonalidades. Por um lado, sempre houve investigadores que souberam mover-se entre áreas do saber. Por outro lado, uma abordagem *global* só pode ser um trabalho prudente, em que os avanços são progressivos e sempre incompletos. A diferença aqui é, portanto, haver um campo de estudos e uma comunidade de investigadores que se organiza sob esse princípio e propósito dialogante e plural.

Por seu lado, se é certo que o movimento de consolidação da ciência, através das disciplinas científicas, publicações, programas de estudos, agências de financiamento, associações científicas e profissionais, teve um forte enraizamento nacional, durante os últimos séculos, também é verdade que o pensamento científico desde a sua génese procurou superar essas fronteiras, buscando formas de compreensão mais globais. Não esqueçamos, por exemplo, que Heródoto e Tucídides, considerados por muitos como os pais da história e da geografia, foram exilados e exploradores de vários continentes, focados em compreender diferentes lugares, acontecimentos e povos, nos seus próprios termos.

Num momento em que a circulação de pessoas e de informação se exponencia, bem como a recolha estandardizada de dados sob a égide de grandes instituições internacionais, os estudos globais não podem cair na falácia de entender o mundo como plano e homogéneo, governado por uma única racionalidade, diluindo as fronteiras, as distâncias e as incompreensões, que não são apenas uma marca declinante da tradição. As desigualdades, injustiças e conflitos também se exponenciaram, nas últimas décadas, o que implica compreendê-los como produto

da globalização, tal como a temos vivido. E deixar de ver as diferenças – ou reduzi-las a meras desigualdades, dissolvendo as qualidades em quantidades, com a pretensão de alcançar uma suposta objetividade comparativa que nos confeririam os números e não as palavras – é uma forma de miopia que apenas agrava o problema. Pelo contrário, o mundo é, cada vez mais, plural, caleidoscópico e problemático. É, por isso também, fascinante.

Tal implica que as nossas pesquisas têm de ser “multi-escalares”, tão cosmopolitas quanto atentas ao local e abertas ao encontro com o Outro. Numa esquina podemos ver o mundo a acontecer. Numa pessoa podem habitar multidões, como escreveu Fernando Pessoa. De igual forma, não podemos negligenciar que o mundo é feito de esquinas e as multidões de pessoas, mesmo que sejam mais do que a mera soma das partes. E por muito que não nos revejamos nessas fronteiras, para entender o mundo não podemos esquecer as dinâmicas nacionais e regionais que, igualmente, têm conhecido poderosas (e divergentes) revitalizações nas últimas décadas, quando tantos já haviam vaticinado a sua erosão. Lembremo-nos dos muros imponentes que têm erigido, depois de outros terem sido derrubados, ou dos milhares que têm morrido num mar belo e tranquilo, há milénios navegado, mas que alguns teimam em agitar através do ódio à diferença. Analisemos, tal como Mar Venegas propõe no seu texto, os movimentos – também eles globais – que pretendem mermar direitos e revitalizar hierarquias, através da mitificação do passado e da diabolização do presente. Vejamos como os estados-nação (incluindo as alianças entre nações) voltaram a reclamar o domínio das políticas comerciais, de cooperação, de informação e até as sanitárias e ambientais, ao ponto de sufocar as instituições internacionais, se não mesmo o planeta. E tenhamos em conta como o capitalismo neoliberal adotou a ideologia cosmopolita como forma de criar cadeias de exploração, de dominação e de alienação cada vez mais amplas.

Se a abordagem “multi-escalar” é fundamental para os *estudos sobre o global*, não é suficiente para produzir *estudos globais*, uma vez que estes precisam igualmente de ser “multi-situados”, ou seja, não apenas investigar os vários lugares e as suas relações, mas também dar voz e beber do conhecimento dos diferentes povos e culturas que os constroem e lhes conferem sentido. Isto é particularmente desafiante quando, tal como nota Gurminder Bhambra (2014), a ciência se desenvolveu no contexto europeu e norte-americano, assente em relações coloniais que se baseavam no silenciamento, dominação e aculturação do “outro”, sobretudo nos restantes continentes. Neste sentido, se pretendemos realizar estudos globais, temos de submeter os nossos conceitos, argumentos e métodos a exame permanente,

questionando-nos se eles são efetivamente os mais adequados para compreender, dignificar, resgatar as realidades dos diferentes contextos.

Trata-se de um desafio extremamente complexo, uma vez que implica questionar as nossas próprias categorias de pensamento, incluindo as que foram forjadas ao longo da nossa formação teórica e metodológica. Mas é algo a que, tal como os grandes desafios, se tem de responder mais pela prática do que pela teoria. Seja em pesquisas quantitativas como em pesquisas qualitativas, é fundamental investigar com as pessoas e não sobre as pessoas, ponderar em que medida cada uma das nossas decisões – a definição do objeto de estudo, a revisão da literatura, as opções metodológicas, o trabalho de campo, a análise dos dados, a elaboração das conclusões – pode ser considerada etnocêntrica e pode ser enriquecida pelo conhecimento dos outros. Tal como sugere Anne Schippling, no texto da presente coletânea, as práticas de colaboração entre investigadores em diferentes contextos nacionais, sociais e culturais constitui uma excelente via para superarmos, progressivamente, essa limitação que decorre da formação num contexto específico. De referir, aliás, que o Doutoramento em Estudos Globais da Universidade Aberta, ao providenciar um espaço de encontro, interação e aprendizagem, para professores e estudantes, situados nos diversos continentes, formados em diferentes disciplinas e com enquadramentos profissionais muito variados, não deixa de ser um laboratório onde pode emergir esse conhecimento mais aberto e sensível à diversidade do mundo. E nunca esqueçamos, como assinalou C. Wright Mills (1959), que a imaginação é um ingrediente fundamental da investigação científica.

Por fim, contra uma ilusão que insiste em fazer-se comum, importa não esquecer que a globalização não é um fenómeno das últimas décadas, nem sequer iniciado pelas caravelas portuguesas, mas que se inscreve na própria história (e destino) da vida na Terra. Pelo contrário, são os estados-nação e as empresas que são fenómenos recentes e, possivelmente, efémeros. Tal como o texto de José das Candeias Sales e Susana Mota que aqui publicamos, os estudos globais têm, portanto, que explorar essas raízes longínquas das relações e dos conflitos, das compreensões e das incompreensões, o que é histórico na atualidade e o que é contemporâneo na História, de forma a resgatar a comunidade humana que nunca deixámos de ser. A partida, por estes dias, de uma pequena embarcação do sul do México com indígenas, alguns de origem maia, que pretendem atravessar o mundo, deixando em todos os continentes uma mensagem de resistência, amor e solidariedade, não deixa de nos lembrar este facto.

É também neste sentido que, segundo Anheier e Juergensmeyer (2012), os estudos globais têm um carácter simultaneamente transnacional, transdisciplinar, crítico e vinculado à cidadania global. Oxalá sejamos capazes de contribuir para a construção dessa comunidade global, baseada em princípios humanistas e democráticos, que garanta um futuro mais livre, justo e sustentável a quem habite o planeta. Um contributo para isso seria reconhecer, à escala global, o que já afirmavam os povos maias, há muitos séculos, na sua saudação quotidiana.

Bibliografia

- Agier, M. (2008). *Gérer les Indésirables: Des Camps de Réfugiés au Gouvernement Humanitaire*. Paris: Flammarion.
- Anheier, H. K. & Juergensmeyer, M. (2012). *Encyclopedia of Global Studies*. S.l.: Sage.
- Appadurai, A. (1996). *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bhambra, G. K. (2014). As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial. *Sociedade e Estado*, 29 (1), 131-151.
- Carmo, R., et al. (2008). *A Globalização no Divã*. Lisboa: Tinta da China.
- Chamoiseau, P. (2017). *Frères Migrants*. Paris : Seuil.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1991). *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Éditions de Minuit.
- Escudeiro, N. (2019). *La Vallée*, Filme Documentaire, Point du Jour, Miramonte Filme, Public Sénat, France et Italie.
- Franco, J. E. & Caetano, J. R. (2020). Introdução. In Franco, J. E. & Caetano, J. R. (Orgs.). *Globalização como Problema: Temas de Estudos Globais*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Glissant, É. (1990). *Poétique de la Relation*. Paris: Gallimard.
- Mbembe, A. (2021). Public lecture. Utopia and migration: reimagining the borders in the 21st century. Maison Française d'Oxford, Oxford University. Online, 23 april.
- Mills, C. W. (1959). *The Sociological Imagination*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Pieterse, J. N. (2013). What is global studies? *Globalizations*, 10 (4), 499-514.
- Sousa Santos, B. (2001). Os processos da globalização. In B. S. Santos (Org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* (31-106). Porto: Afrontamento.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture* (24-28). Champaign: University of Illinois Press.

Egiptologia versus egiptomania

Em torno do conhecimento global sobre o antigo Egito

Egyptology versus egyptomania: On global knowledge about ancient Egypt

José das Candeias Sales

UNIVERSIDADE ABERTA, CEG; UNIVERSIDADE DE LISBOA, FL, CH / jose.sales@uab.pt
/ ORCID | 0000-0003-1087-1478

Susana Mota

UNIVERSIDADE ABERTA, CEG / susana-mota@hotmail.com / ORCID | 0000-0002-4819-6239
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_1

Resumo: Habitualmente, o estudo sobre a Antiguidade não é convocado para a reflexão alargada sobre os problemas da globalização no mundo contemporâneo. No entanto, há vários aspetos em que a reflexão sobre a história antiga pode contribuir para um aprofundamento da análise sobre o fenómeno da globalização. Neste texto, procuraremos refletir sobre a dimensão cultural da globalização, através de um exemplo diretamente retirado do conhecimento do passado, neste caso, o conhecimento global sobre a antiga civilização do Egito.

Vários mecanismos de reconhecimento, de receção e de apropriação do passado egípcio são passados em revista, com especial enfoque para os respeitantes ao recorte cronológico do Renascimento e do pós-expedição napoleónica ao Egito (1789-1801) até aos nossos dias, designadamente nos domínios atuantes e ativos da egiptologia e da egiptomania, para demonstrar que estamos perante um interessantíssimo fenómeno de globalização cultural.

Palavras-chave: egiptologia; egiptomania; receção do antigo Egito; tutmania; mumiamania; globalização

Abstract: Usually, the study of Antiquity is not invited to a wide reflexion about the problems of globalization in the contemporary world. However, there are several issues in which the reflexion about ancient history can contribute to an in-depth analysis on the phenomenon of globalization. In this text, we seek to think about the cultural dimension of globalization through an example retrieved directly from the knowledge about the past, that is, the global knowledge about the ancient civilization of Egypt.

Several recognition, reception, and appropriation mechanisms of the Egyptian past are reviewed, especially the ones concerning the time profile of the Renaissance and the post-Napoleon expedition to Egypt (1789-1801) to the present day, namely in the acting and active domains of egyptology and egyptomania, to show that we are in the presence of an extremely interesting phenomenon of cultural globalization.

Keywords: egyptology; egyptomania; reception of ancient Egypt; tutmania; mummymania; globalization

No seu sentido literal, a globalização pode ser definida como “process of transformation of local phenomena into global ones... a process by which the people of the world are unified into a single society and function together” (Stearns, 2010:1). Compreensivelmente, a ideia e o conceito têm vários fatores e componentes que lhe dão consistência e coerência, ajudando a clarificar e dar sentido às suas dinâmicas. Nesta acepção, o conceito de globalização pode ser analisado e definido sob diferentes perspectivas, com distintas interações e em vários domínios, contribuindo cada uma dessas facetas, à sua maneira, para a própria definição geral do conceito. A globalização da cultura é uma delas.

Neste texto, a nossa pretensão é equacionar como, ao longo da história, a recuperação, a receção, a reinvenção e a recriação do passado egípcio tornaram o Egito antigo uma moda duradoura e ciclicamente alimentada, sobretudo na cultura ocidental, e como, em consequência, o conhecimento sobre a sua civilização se constituiu e instituiu num conhecimento global.

Renascimento: colecionadores de signos e teorias fantasistas

Entende-se bem que a intensa revalorização das referências à Antiguidade que nortearam o período do Renascimento, primeiro em Itália e depois por toda a Europa, represente um momento histórico de referência no que diz respeito ao interesse, à curiosidade e à afeição pelo Egito dos faraós (egiptofilia), um “ponto de contacto” entre a Europa e o Egito no que à atenção e ao conhecimento sobre o país dos faraós se refere (Bednarski, 2010: 1086-1088; Humbert, 1989: 18; Sales & Mota, 2019: 34 e 35). No entanto, apesar de se ter o Renascimento como marco cronológico essencial na consideração do Ocidente sobre o Egito antigo, não se podem escamotear outros contactos diretos anteriores, via cristianismo ou Islão, durante a Idade Média cristã, e, assim, a existência anterior de uma determinada visão da terra dos faraós no imaginário coletivo ocidental, herdeira dos textos bíblicos e dos textos de sabedoria ancestrais (Laboury, 2006: 44), ou mesmo a adaptação ou emulação da estética, das formas e dos temas egípcios, fenómeno que historicamente remonta aos períodos helénico e helenístico (Lloyd, 2010; Fritze, 2016; Jarsaillon, 2018: 359; Lupton, 2013: 2340).

A redescoberta da Antiguidade e das suas fontes de sabedoria, de saber e de ciência implica, portanto, *ipso facto*, a da civilização faraónica e das suas ancestrais formas, mesmo que isso tivesse ocorrido em muitos casos sob o filtro da cultura greco-romana (egiptosofia). Desde logo, a questão central da decifração da escrita

hieroglífica, cujo segredo se perdera depois do século v,¹ suscitou a atenção de numerosos estudiosos, viajantes e curiosos. O “grande silêncio de quinze séculos” sobre os hieróglifos egípcios, na expressão de Sauneron (1968: 5), suscitou múltiplas tentativas de decifração, nomeadamente a partir do século xvi, que, mesmo apesar de todas se terem frustrado, demonstram como a redescoberta do antigo Egito pela via filológica foi um importante fenómeno cultural do Renascimento.

Uma obra que exerceu considerável influência no fascínio dos humanistas pelos hieróglifos e nas primeiras investigações sobre eles foi a *Hieroglyphica* de Horapolon, autor nascido em Nilópolis (Alto Egito), atual Akhmim, na segunda metade do século v. O seu ensaio, provavelmente escrito em copta, chegou até nós graças à tradução para grego feita, pouco depois, por Filipo, e é comumente considerado como o início das tentativas de decifração da escrita dos antigos egípcios.² Foi o viajante Cristoforo Bundelmonti que, em 1419-20, descobriu a tradução grega, adquirida na ilha de Andros, e que a levou para Florença. O texto suscitou um vivo interesse entre os eruditos humanistas e foi um dos primeiros livros clássicos a ser impresso, em 1505, e traduzido para latim. As 30 edições que a obra conheceu durante o Renascimento deram azo a sucessivas adulterações, sendo que, por exemplo, a reimpressão de 1534 incluía ilustrações que não constavam do original.

Nos 119 capítulos da *Hieroglyphica*, Horapolon analisava em cada um deles um hieróglifo diferente, propondo, porém, uma explicação-interpretação totalmente fantasista dos antigos signos egípcios, chegando ao ponto de inventar alguns, sem qualquer relação com a leitura exata, científica, que hoje se conhece para eles. Pressupondo que os hieróglifos eram símbolos de uma linguagem oculta, Horapolon entrava nas mais fantásticas elucubrações interpretativas e não admira

¹ A última inscrição hieroglífica conhecida data do ano 394, tendo sido feita no templo de Ísis, em Filae. Com o encerramento deste templo no século vi (c. 535), por ordem de Justiniano, com o transporte dos seus ícones para Constantinopla e com a detenção dos seus sacerdotes, desapareceram aqueles que sabiam escrever e ler os hieróglifos (Peters-Destéact, 1997: 45).

² Há, todavia, vários autores (*v.g.*, Sauneron, Lacouture, Sottas e Drioton) que fazem recuar até ao século i as tentativas de decifração dos hieróglifos. Para o efeito, aludem a Querémón (autor revelado no século xii pelo monge bizantino Tzetzés, publicado em França no século xix), que sugeriu claramente a mistura de sons e de imagens na escrita hieroglífica, a Hermapião (citado por Amiano Marcelino, c. 390, na sua *História*) e a Clemente de Alexandria (180-215), que, na obra *Stromates* (V, 4), distingue os quatro modos de expressão dos hieróglifos (Sauneron, 1968: 8 e 9; Lacouture, 1988: 247-249 e 501; Sottas & Drioton, 1991: 73 e ss.).

que os estudos dos seus “seguidores” italianos do século XVII (ex.: Piero Valeriano e Michele Mercati) tenham sido infrutíferos.

Do século XV ao início do século XVI, multiplicaram-se, não obstante, em Itália os tratados em torno da enigmática escrita hieroglífica egípcia, sob o pressuposto que encerrava um saber fundamental e secreto, apenas reservado aos iniciados, muitos deles impulsionados pelas “mágicas inscrições” dos obeliscos existentes em Roma, com destaque para os de Francesco Colonna, Alciato, Tommaso Garzoni, Pietro della Valle, além dos já mencionados Piero Valeriano e Michele Mercati (Sales, 2007: 18, 19 e 187). Podem, igualmente, identificar-se ecos deste movimento em Portugal, com Frei Heitor Pinto, em *Imagem da Vida Cristã* (1563/1572). O autor, uma das maiores figuras da cultura e da literatura portuguesa do século XVI, inclui um capítulo dedicado a uma imagem egípcia, que apresenta esta mesma abordagem de interpretação, citando extensivamente Horapolon (Pinto, 1984).

O reerguer de obeliscos egípcios em Roma (a “cidade dos obeliscos”) constitui em si uma apropriação desses monumentos por parte dos novos poderes imperiais e coloniais dos séculos XVI e XVII, de forma a canonizarem a sua posição de supremacia, de dominação e de hegemonia sobre o mundo e sobre o passado de referência. A apropriação ideológica dos obeliscos egípcios transportados pelos antigos imperadores romanos como símbolos e ícones culturais de uma lendária civilização antiga representa, neste sentido, uma forma racional de organizar e gerir a herança arqueológica do passado num mundo globalizado (Hassan, 2003: 19, 20; Habachi, 1984: 109). Neste particular, foi saliente a ação do Papa Sisto V, que, entre 1586 e 1589, ficou associado à deslocação e ao reerguer de vários obeliscos caídos em Roma (praça de São Pedro, em 1586; praça do Esquilino e Montecitorio, ambos em 1587; praça de São João Laterano, em 1588, e praça do Povo, em 1589).³ Com a finalidade de proclamar o poder da Igreja Católica e, assim, glorificar o seu triunfo sobre as civilizações pagãs, a cruz passou a encimar os obeliscos egípcios (Hassan, 2003: 39 e 68).

Fisicamente altivos e proeminentes, metáforas eloquentes do poder cósmico dos deuses e faraós do Egito antigo, os obeliscos reerguidos em Roma, inquestionáveis pelo seu grande significado religioso, revelavam inscrições indecifradas, dedicadas a várias formas divinas do deus solar egípcio, que muito estimularam o interesse e a

³ Sobre as dimensões, pesos, características, localizações originais, faraós construtores e episódios associados a cada um destes obeliscos, bem como a outros obeliscos de Roma, *vid.* Habachi, 1984: 112-145 e Goyon *et al.*, 2004: 330.

curiosidade renascentistas pela decifração dessa escrita. O charme atraente desses enigmáticos hieróglifos passou a ser acompanhado pela chegada de outros importantes artefactos (múmias, papiros e manuscritos coptas) trazidos pelos primeiros viajantes ao Egito em busca de antiguidades, que, conseqüentemente, ampliaram, ainda mais, o já manifesto fascínio pelas “coisas antigas dos faraós” (Bednarski, 2010: 1087). Paulatinamente, o conhecimento, ainda muito incipiente, sobre o antigo Egito foi-se generalizando, sobretudo entre os intelectuais e as camadas superiores da sociedade europeia.

Até ao século XVIII, não se ultrapassaram as teorias sobre a dimensão simbólica e fantasista da escrita hieroglífica e, em conseqüência, sobre as antiguidades provenientes do Egito. Em meados do século XVII, o jesuíta Athanasius Kircher, com manifestas influências horapolíneas, ergueu também nas suas obras *Prodromus Coptus sive Ægyptiacus* (1636), *Lingua Ægyptiaca Restitua* (1644) e *Œdipus Ægyptiacus* (1652) um sistema interpretativo dos hieróglifos altamente fantasioso, baseado ainda na mesma atribuição de sentidos simbólicos, idealistas e místicos, o que, logicamente, continuou a frustrar a prossecução exitosa das suas investigações filológicas e dos seus leitores-seguidores. Este padre alemão acreditava que a escrita hieroglífica continha apenas signos alfabéticos e não intuiu, por isso, sequer, a existência de valores ideográficos e/ou fonéticos. Ainda assim, Kircher retiraria uma conclusão capital que constituiria um contributo decisivo no processo filológico da decifração dos hieróglifos: o copta era uma sobrevivência da língua popular dos antigos egípcios, a sua fase mais tardia, sendo o seu estudo importante para uma reconstituição segura dos signos egípcios mais antigos.

Os hieróglifos continuavam mudos e o silêncio perdurava, mas, no final do século XVII e no século XVIII, estudiosos tão variados como o inglês John Wilkins, o bispo inglês William Warburton, o orientalista francês Charles Joseph de Guignes, o teólogo e orientalista alemão Paul-Ernst Jablonsky, o bispo francês Jean-Jacques Barthélemy, o geógrafo alemão Karsten Niebuhr e o sábio dinamarquês Jørgen Zoëga continuaram a emitir várias conjeturas (algumas de inegável alcance) respeitantes à natureza da escrita egípcia.⁴ Como menciona Lacouture, cada um destes estudiosos trouxe “sa trouvaille, son hypothèse fructueuse ou son erreur instructive” (Lacouture, 1988: 248).

Verdadeiramente, do século XV ao XVIII, sob uma perspetiva humanista, sente-se já o pulsar fremente de uma dimensão de apreço e atração pelas coisas

⁴ Sobre as obras e contribuições de cada um destes estudiosos, *vid.* Sales, 1999: 19, 20 e 187.

do Egito antigo, com particular destaque para a sua escrita e os seus monumentos (sobretudo obeliscos, mas também leões e esfinges), mas sem alcançar, de facto, o desejado patamar de explicações racionais e científicas. A sedução e, em certos casos, obsessão pelas maravilhas e enigmas do Egito transportava em si um cariz imoderado, extravagante e excêntrico. Inegável, porém, é que, mesmo assim, a vontade de conhecer mais aprofundadamente o antigo Egito entrara numa senda imparável, cada vez mais ampla e consistente.

A expedição napoleónica ao Egito (1789-1801): o nascimento oficial da egiptologia e da egiptomania

A expedição napoleónica ao Egito, a primeira grande incursão imperialista no Próximo Oriente dos tempos modernos, é um dos acontecimentos mais marcantes da transição do século XVIII para o século XIX, com enormes repercussões no domínio político, militar e cultural, constituindo um marco de indeléveis consequências na redescoberta científica da antiga civilização dos faraós, decisivo para a tornar na cultura ocidental como uma moda e referente intelectual de prestígio (Bret, 1996: 215; 1998: 9). Em abono da verdade, é preciso dizer que a expedição ao Egito foi uma “estranha aventura”, na medida em que o Segundo Diretório francês, iniciado em 1797, enfraquecido pelas guerras (sobretudo com a Inglaterra, mas também, durante o Primeiro Diretório, com a Áustria) e fortemente marcado pelas dificuldades económicas e pelas insurreições populares, decide, a 5 de março de 1798, enviar para o Egito um dos melhores exércitos da República, sob o comando do seu mais brilhante general, com uniformes de lã para um clima escaldante, sem declarar guerra ao opositor, nem mesmo dar conhecimento do destino às tropas em expedição (Laurens, 1997: 29-40). E é assim que, a 19 de maio de 1798, sob o comando do general Napoleão Bonaparte, um exército de 54.000 homens e uma frota de 300 navios de guerra e de transporte sai de Toulon com direção desconhecida, para uma aventura que se prolongaria até 1801.

Estranhamente também, além dos soldados, por ordem de Napoleão, concentrou-se no cais de partida uma plêiade de engenheiros, arquitetos, naturalistas, botânicos, geógrafos, mineralogistas, antiquários, orientalistas, pintores, desenhadores, gravadores e escritores, com os seus típicos instrumentos de trabalho e de estudo (Vercoutter, 1986: 39-55; Sales, 2007: 16; Laurens, 1997: 46, 47). Membros da Comissão des Sciences et des Arts de l'Armée d'Orient, os intelectuais partiam também sem saber exatamente para onde iam, mas dispostos a fazer o trabalho

que se revelasse necessário. Era a primeira vez que uma comissão científica, por convocação política, se juntava a uma campanha militar.

Após conquistarem Malta (11 de junho de 1798), os franceses desembarcariam no Egito e tomariam Alexandria (1 de julho de 1798). Napoleão deixa perceber, então, um pouco das suas intenções: libertar o Egito da “tirania” mameluca e, assim, melhorar as condições de vida dos “naturais do país”, apresentando-se no Egito como “o libertador”. A verdade, todavia, é que o Egito, desde o século XVI anexado pelo império otomano, constituía um nó estratégico entre o Oriente e o Ocidente, e conquistá-lo era uma forma de cortar a via comercial da Índia à Inglaterra, o verdadeiro opositor na cena estratégica internacional. Além de Alexandria, os portos do Delta são ocupados e as forças francesas, mais ou menos informadas sobre as verdadeiras intenções do seu líder, espalham-se pelo território egípcio (Murat & Weill, 1998: 26-28; Murat, 1998: 4-14; Laurens, 1997: 52-59, 107-111).

Entre 1798 e 1801, por entre uma sucessão de massacres, de revoltas, de vitórias e de derrotas, que pôs em causa o triunfo político-militar-económico francês,⁵ a expedição ao Egito de Napoleão Bonaparte abriu uma outra era nas relações entre o Oriente e o Ocidente no que à dimensão cultural e científica diz respeito e, em resultado, a perceção e receção global do Egito na Europa culta e informada alterou-se de forma radical.

Durante a sua estadia no Egito, o grupo alargado de estudiosos que tinha acompanhado a expedição desde França – a quem jocosamente os soldados cha-

⁵ O período de 1798 a 1801 é, realmente, marcado por uma série de eventos políticos e militares que comprometeram ou desfizeram os sonhos franceses de dominação, onde se encaixam a Batalha das Pirâmides (que opôs os franceses aos mamelucos, a 21 de julho de 1798, e que se saldaria por uma vitória francesa), a Batalha do Nilo, também conhecida por Batalha Naval de Abukir (travada a 1 de agosto de 1798, entre ingleses e franceses, tendo aqueles derrotado a frota francesa ancorada na baía de Abukir), o chamado “massacre do Cairo” (em que, a 21 de outubro de 1798, os franceses reprimem com uma brutalidade e violência sem paralelo uma revolta na capital egípcia), a peste que eclodiu em Alexandria e que provocaria a desmoralização entre as hostes francesas (15 dezembro de 1798), a captura de Jaffa, na Palestina, a 7 de março de 1799 (em que 2500 prisioneiros são mortos), a Batalha de Heliópolis, de 20 de março de 1800 (em que as forças francesas chefiadas por Jean Baptiste Kléber vencem os otomanos) e a Batalha de Canopo, em que, por fim, a 21 de março de 1801, os ingleses vencem os franceses, obrigando ao pedido de armistício (1 de outubro de 1801).

mavam “Os asnos”⁶ –, procurou explorar, estudar, registrar, descrever e cartografar todos os aspetos da vida egípcia (cultura, arquitetura, fauna, flora, minerais, etc.), não só do Egito contemporâneo como também das épocas mais recuadas da sua história. Os dados assim levantados pelos sábios da expedição viriam a ser coligidos numa obra monumental publicada em Paris, pela Imprimerie Impériale, entre 1809 e 1828, com 10 volumes *in-folio* (mais de 7000 páginas) e 13 de ilustrações, incluindo 900 mapas mais de 3000 desenhos, conhecida justamente como *Description de l'Égypte, ou Recueil des Observations et des Recherches Qui ont Été Faites en Égypte pendant l'Expédition de l'Armée Française Publié sous les Ordres de Sa Majesté l'Empereur Napoléon Le Grand* (Sales, 2001: 270, 271) – Fig. 1.

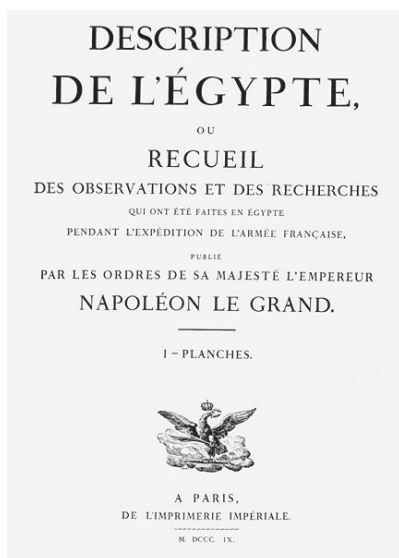


Fig. 1 – Exemplo de capa de um dos volumes da *Description de l'Égypte* (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Description_de_l'Égypte_1.jpg).

⁶ Esta denominação foi inadvertidamente sugerida por uma das duas frases lapidárias atribuídas ao general Napoleão por ocasião da Batalha das Pirâmides – “Os burros e os sábios no meio!” –, referindo-se à louvável necessidade de proteger os animais e o grupo científico da sua expedição dos ardores da refrega. A outra frase que a tradição atribui ao corso, perante as pirâmides de Guíza, é “Soldados, do alto destas pirâmides, quarenta séculos de história vos contemplam!”, provavelmente mais mito do que história...

Destinada a “constituir uma obra completa sobre o Egito”, a *Description* constituiu-se, de facto, como uma autêntica enciclopédia, contribuindo enormemente para popularizar o orientalismo em França e redescobrir o Egito dos faraós, tornando-o moda na Europa ocidental de princípios do século XIX. Herdeira direta da expedição, trata-se da primeira obra sistemática consagrada ao Egito e constitui um dos documentos-base da ciência egiptológica, o início de toda a exploração científica do Egito, permitindo conhecer e divulgar de forma bastante alargada o conhecimento até então existente sobre o Egito dos faraós.

Da mesma forma, um outro documento associado à expedição napoleónica, a *Pedra de Roseta* (Fig. 2), constituiu um documento histórico de inegável significado no estudo da civilização egípcia, pelo marco que representou no desabrochar da moderna ciência egiptológica e pelo contributo decisivo que emprestou à decifração da escrita hieroglífica egípcia.⁷

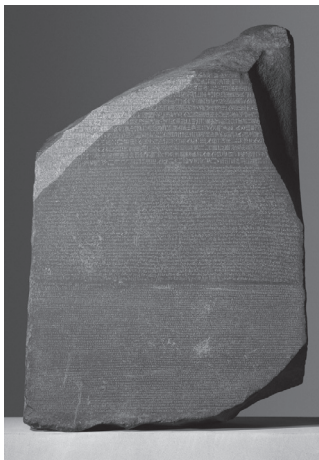


Fig. 2 – *Pedra de Roseta* (EA24) (The Trustees of the British Museum).

O bloco de basalto negro, meio partido na parte superior e nas partes laterais, apresentava uma inscrição em três tipos de escrita: hieroglífica (registo superior do bloco, 14 linhas), demótica (registo central, 32 linhas) e grega (registo inferior,

⁷ A estela foi descoberta em meados de julho de 1799, pelos soldados do exército napoleónico sob o comando direto do capitão Pierre-François Xavier Bouchard, perto de Roseta (atual Rachid), a cerca de 70km a este de Alexandria, no Delta ocidental, aquando das escavações e terraplanagens destinadas a trabalhos de consolidação e ampliação do forte medieval de São Julião.

54 linhas) (Andrews, 1983: 12 e 13). Neste contexto, é relativamente fácil entender o rápido e forte impacto das singulares características apresentadas pela estela desenterrada em Roseta (três versões de um mesmo texto). Os sábios da expedição napoleônica traduziram de imediato a versão grega e intuíram logo que os dois outros textos eram traduções, havendo prontamente a percepção de que se tratava de um documento suscetível de permitir um estudo aprofundado do sistema hieroglífico e de ser, finalmente, a chave para a decifração dos hieróglifos, como deixou perceber uma notícia disponibilizada pelo *Courier d'Égypte*, n.º 37, de “29 Fructidor” (15 de setembro de 1799): “Cette pierre offre un grand intérêt pour l'étude des caractères hiéroglyphiques; peu-être même en donnera-t-elle enfin la clef” (Solé &Valbelle, 1999: 18; Lacouture, 1988: 30).

Napoleão ordenou que fossem enviadas cópias da pedra por toda a Europa para que eruditos (como, por exemplo, Silvestre de Sacy, Johann David Åkerblad e Thomas Young) iniciassem a sua decifração. Foi precisamente uma dessas cópias que permitiria a Jean-François Champollion, a 14 de setembro 1822, cerca de 23 anos depois da descoberta, com os seus profundos conhecimentos de línguas antigas (durante 20 anos aprendeu 11 línguas, entre as quais o hebraico, o grego, o copta, o persa, o sânscrito, o chinês, o siríaco e o aramaico), a efetiva decifração do sistema de escrita dos antigos egípcios (Sales, 2007: 21-28). O seu triunfo marca o início da egiptologia moderna ou, se quisermos, da ciência no estudo do passado faraônico. Terminavam os 15 séculos de silêncio da escrita hieroglífica egípcia (Dewachter, 1990: 39-55).

À vaga “egiptomaníaca” do início do Século das Luzes sucedera-se uma época “pré-egiptológica” (fundada sobre as intuições de Kircher, os trabalhos de Jablonsky, as sugestões de Warburton, Barthelémy, Guignes, Niebuhr e Zoëga), a que de Sacy, Åkerblad, Young e, sobretudo, Champollion acabariam por dar verdadeiro estatuto científico. Em 1829, justamente para celebrar e homenagear a decifração francesa, o pachá Mohammed Ali ofereceu à França um dos obeliscos de Ramsés II do templo de Luxor, que, seis anos mais tarde, a 25 de outubro de 1836, já depois da morte de Champollion (1832), foi erigido na Place de La Concorde, em Paris, onde ainda hoje se encontra (Habachi, 1984: 94, 95 e 155-164; Hassan, 2003: 61; Gorringe, 1885: 77-95).⁸

⁸ Se França ficou com o maior dos troféus, a *Description de l'Égypte*, base da egiptologia moderna, que iria suscitar várias vocações, pelo artigo XVI da Capitulação de Alexandria (1801) teve de ceder ao general Hutchinson muitas das antiguidades, entretanto capturadas no

Se, no plano militar, a campanha francesa no Egito foi um insucesso, a feição científico-cultural dela derivada viria a revelar-se, portanto, decisiva para a redescoberta e estudo do Egito faraônico em verdadeiras bases científicas, estando associada à fundação de uma nova ciência, a egiptologia.⁹ Paralelamente, todavia, os volumes da *Description*, descrevendo e mostrando os monumentos do passado faraônico, desencadearam na Europa uma verdadeira egiptomania (Humbert, 1989: 26).¹⁰ Ao mesmo tempo que o acesso a essa obra permitia, pela primeira vez, aos intelectuais estudar as representações de monumentos e cópias de textos antigos egípcios, as suas numerosas imagens estimulavam o sonho e a imaginação, colocando-se em terras nilóticas a origem e a motivação para muitas extravagantes concepções e práticas.

A expedição de Napoleão ao Egito despertou a Europa para o estudo científico do Egito antigo, com estudiosos no campo da filologia, arqueologia e história (os três pilares do estudo do Egito antigo) a fazerem grandes descobertas que permitiram um estudo sistemático do passado do tempo dos faraós, mas ao mesmo tempo despertou a curiosidade, intelectualmente valorizada, pelas “antiguidades egípcias”.

Egito. Entre elas, figurava a *Pedra de Roseta*, enviada na fragata *Égyptienne* para Portsmouth (fevereiro de 1802) e depois transferida no final do mesmo ano, como oferta do rei George III, para o Museu Britânico, onde ainda se encontra e onde permanece um dos ícones mais famosos da egiptologia. Solé e Valbelle chamam à pedra do museu londrino “object star” e “relique” (Solé & Valbelle, 1988: 169).

⁹ Tradicionalmente, o significado específico que se atribui à egiptologia é o de estudo da sociedade nilótica, de 3000 a.C. (início da administração unitária ou do I dinástico) até 330 a.C. (chegada de Alexandre) ou, no máximo, até ao final do século I d.C., embora hodiernamente o debate sobre a demarcação dos marcos cronológicos, iniciais e/ou finais, não esteja encerrado (Jeffreys, 2003: 4).

¹⁰ Sendo um conceito ambivalente, de cargas simultaneamente positivas e negativas, a egiptomania é, na sua visão mais simplista, o fascínio, a obsessão ou o entusiasmo fantasista, fantástico e onírico pelas antigas civilização e cultura egípcias e a expressão mítico-material do uso, do consumo e da apropriação, replicação, apreciação ou adaptação do passado egípcio, cujo início oficial se estabelece no início do século XIX, entre 1808-1810 (Doyle, 2016: 122; Fritzer, 2016; Dobson & Tonks, 2018: 311; Fazzini & McKencher, 2001: 458; Moser, 2015: 1288; Aufrère, 1997: 28). Numa definição mais ampla, na senda de Humbert, a egiptomania é toda a reutilização de elementos e temas decorativos do antigo Egito, em várias formas e objetos, sem nenhuma relação com o uso e a finalidade original (Humbert, 1989: 10; Humbert, 2020: 41-46).

Por exemplo, o mobiliário egípcio da época faraónica foi introduzido no desenho do mobiliário europeu, sobretudo nos estilos neoclássicos tardios francês (estilo Império) e inglês (estilo Regency). Os motivos ornamentais egípcios (motivos florais, cabeças de esfinge, esfinges aladas, garras de leão, curvaturas dos espaldares das cadeiras, estilização de pilones e fachadas de monumentos e templos, etc.), segundo critérios de utilidade modernos (Fig. 3), tornam-se a fonte de inspiração do mobiliário oitocentista (Humbert, 1989: 103).



Fig. 3 – Sofá de 1880 com motivos egípcianizantes (Curl, 2005: 331).

Os contributos da moderna egiptomania e seus derivados: cinema, romance histórico, banda desenhada e videojogos

A partir de então, o Egito antigo nunca mais saiu de moda na cultura ocidental, ganhando a cada nova descoberta e a cada nova técnica um renovado revigoreamento, tanto nos aspetos científicos e de aprofundamento de estudo (egiptologia) como nos aspetos apaixonados, por vezes até doentios e delirantes (egiptomania). Pode afirmar-se que a cada nova grande descoberta recrudescem ambas as disciplinas, com os seus dedicados cultores.

Um exemplo paradigmático desta situação foi a descoberta do túmulo de Tutankhamon, no final de 1922, por Howard Carter e Lord Carnarvon, uma das maiores descobertas arqueológicas de sempre, que deu também fôlego redobrado, quase incontrolado, ao “interesse” popular pelo Egito, a que a comunicação de massas (imprensa) acrescentou ainda maior dinamismo, que habitualmente se denomina especificamente por “tutmania” (Day, 2006: 3; Lupton, 2009: 23; Holt, 1986: 62; Wilkinson, 2008: 1; Humbet, 1989: 30; 2020a: 304-309).¹¹ A tutmania expressa, portanto, todo o fascínio e paixão que se desenvolveu em torno do faraó Tutankhamon após a descoberta do seu túmulo, do seu espólio e tesouros. Foi, porém, a chamada “maldição ou vingança da múmia”, particularmente desenvolvida após a morte de Carnarvon a 5 de abril de 1923 (verdadeiramente causada pela picada de mosquito que lhe provocou uma septicémia) que mais motivou o desenvolvimento do entusiasmo e da admiração por esta figura e a sua autêntica veneração por fãs existentes em todos os quadrantes geográficos. Por isso, não é exagero dizer-se que não há ninguém que não tenha ouvido falar de Tutankhamon (Fig. 4).



Fig. 4 – Representação alegórica do interesse em torno do faraó Tutankhamon (Holt, 1986: 61).

Decorrente da tutmania, estimulou-se, ainda mais, o desenvolvimento do interesse popular pelas múmias egípcias, a mumiamania (Lupton, 2009: 23; Day,

¹¹ Sobre o eco em Portugal desta descoberta, justamente através da imprensa, no âmbito do projeto “Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)”, *vid.* Sales & Mota, 2020.

2006: 1). As múmias são realmente um tópico do fascínio gerado pelo Egito antigo, desde o século XVIII até à atualidade (Moser, 2015: 1286, 1287; 2014: 246, 247), onde, por vezes, se mesclam a curiosidade mórbida e a científica e o apelo dos talismãs, amuletos e efeitos miraculosos e, em consequência, um testemunho do interesse pela história das civilizações antigas, pela reinterpretação e reinvenção do Egito no Ocidente, de que, a partir de determinada altura, o cinema será o principal promotor a uma escala global. Na categoria “mummy films” do *The Ancient Egypt film site* (<https://www.ancientegyptfilmsite.nl/>) são alistados 207 filmes (alguns de animação), realizados a nível mundial entre 1901 e 2019, a preto e branco ou a cores, mudos ou com som, sendo 22 anteriores à descoberta do túmulo de Tutankhamon e os restantes posteriores. Nesta longa linhagem destaca-se *The Mummy*, o filme americano de 1932, dirigido por Karl Freund, protagonizado por Boris Karloff, que interpreta um príncipe do Egito antigo (Imhotep) ressuscitado acidentalmente por uma expedição arqueológica, a “produção-mãe” de todos os filmes sobre múmias, pela diferente forma como abordou a temática, estabelecendo um padrão para os filmes posteriores assente nos tópicos da expedição arqueológica que descobre um túmulo despertando a amaldiçoada múmia que, assim, sai do túmulo procurando vingança (Fig. 5).



Fig. 5 – Cartaz do filme *A Múmia* (1932)

(<https://www.imdb.com/title/tt0023245/mediaviewer/rm2286536960>).

Cronologicamente, o cinema (ficcional ou documental) e o audiovisual (recursos educativos multimédia e jogos de computador) são os últimos testemunhos da atração de vastas audiências pelas múmias egípcias, depois do tempo das competições entre os cônsules europeus pelo acesso e posse das múmias e das grandes exibições em salas destacadas dos museus europeus que os antecederam.

Se é verdade que a tutmania e a mumiamania são tópicos derivados ou associados à egiptomania, não se pode escamotear que demonstram um enorme impacto e poder de atração, sobretudo sobre as esmagadoras audiências não-académicas (“consumo popular”), moldando, por vezes de maneira enviesada, é certo, a sua apreciação, valorização e compreensão do Egito antigo, da sua cultura e das suas produções.

Paralelamente, ao longo dos tempos, o romance histórico, sobretudo a partir do século XIX, e antes dele a literatura de viagens, têm alimentado também a fantasia e a imaginação de centenas de escritores e milhões de leitores em todo o mundo, globalizando, assim, através de traduções em praticamente todas as línguas, o interesse, a admiração e o conhecimento sobre o Egito antigo, as suas principais personagens, monumentos, locais e crenças.¹²

Uma outra componente da comunicação de massas com papel de relevo na receção e reconstituição do passado egípcio é a banda desenhada. Milhões de leitores espalhados pelo mundo assumem, sem preconceitos, que o seu primeiro contacto com o universo do antigo Egito se estabeleceu, de forma descontraída, mas entusiasta, através da BD. Autores como René Goscinny e Alberto Uderzo, através das aventuras de Astérix (*Astérix e Cleópatra*), Hergé, com as aventuras de Tintim (*Os Charutos do Faraó*), ou Edgar P. Jacobs (com os casos dos detetives Blake e Mortimer (*O Mistério da Grande Pirâmide* – 2 vols.),¹³ apenas para citar casos bem reconhecidos, ao jeito de grandes produções, com as suas histórias e

¹² São inúmeros os exemplos, oriundos de todos os lados, de romances com ação centrada em tempos, espaços e paisagens do Egito antigo envolvendo personagens, reais ou fictícias, mas talvez o caso mais conhecido e mediático seja o do romancista-egiptólogo francês Christian Jacq, cuja extensa lista de produções, com variadas edições, se encontra traduzida em numerosas línguas, incluindo-se o português. Entre nós, a sua obra tem a chancela da Bertrand Livresiros.

¹³ Anote-se que, depois da morte de Edgar P. Jacobs, em 1987, o universo mítico da dupla Blake e Mortimer continuou com *O Último Faraó* (publicado em Portugal em 2020, pela Asa), com desenhos e escrita de François Schuiten, em parceria com Jaco Van Dormael, Thomas Gunzig e Laurent Durieux, quatro “monstros sagrados” da BD e da cultura *pop*.

ilustrações, levaram as suas vastas audiências, literalmente de todas as idades, até ao antigo Egito e influenciaram indelevelmente a sua perceção histórica e simbólica sobre esse mundo antigo.

Também os videojogos de estratégia em tempo real (RTS, do inglês *Real-Time Strategy*) constituem uma “fonte de conhecimento” sobre o Egito antigo, com *décors* religiosos, arquitetónicos e paisagísticos muito sugestivos, podendo o jogador “incorporar” em determinados personagens e viver com eles/através deles riquíssimas experiências virtuais no passado, impossíveis de concretizar na realidade.¹⁴ Os jogos com temáticas egípcias, para crianças ou para adultos, para serem jogados no PC, na Playstation, na Xbox-One ou na Wii, com datas e cerimónias de lançamento, nos Estados Unidos e na Europa, como se de filmes se tratasse,¹⁵ apresentam normalmente uma altíssima qualidade gráfica e de animação e até de som, permitindo aos jogadores rápidas e consequentes aprendizagens sobre os edifícios, a vida, a indumentária, as insígnias, os costumes e os utensílios do antigo Egito. Além da componente de entretenimento e diversão, matriz estrutural e essencial dos jogos, muitos deles incluem menus com informações desenvolvidas e aprofundadas, educacional e cientificamente validadas, sobre espaços geográficos, fauna, flora, edifícios, mitos, faraós e divindades, ajudando, assim, a consolidar saberes e aprendizagens.

No caso de videojogos, como o *Assassin’s Creed Origins*, têm sido muito valorizados pelo seu interesse pedagógico e aproveitamento educacional, permitindo ilustrar e consolidar conhecimentos, sendo que a disseminação desta dimensão educacional em meios de comunicação de grande impacto e circulação virá alimentar ela própria a ideia de um acesso generalizado, autónomo e lúdico a um

¹⁴ Uma singela pesquisa na Internet (https://en.wikipedia.org/wiki/Category:Video_games_set_in_Egypt) acerca de videojogos sobre o antigo Egito permite identificar no mínimo 195 jogos. Entre eles, a título de exemplo, registam-se *Age of Empires* (1997), *Nile: An Ancient Egyptian Quest* (1997), *Pharaoh* (1999), *Cleopatra: Queen of the Nile* (2000), *Anubis II* (2005), *Assassin’s Creed Origins* (2017) e *Builders of Egypt* (versão *demo* de 2020, com lançamento apazado para 2021). Anote-se também, como elemento substantivo, que, associado a estes produtos, existem verdadeiras equipas de técnicos e especialistas nas quais pontuam diretores, produtores, projetistas, escritores, programadores, artistas e compositores musicais, bem como elementos ligados ao *design* instrucional e pesquisa histórica.

¹⁵ No mundo dos videojogos há também prémios e nomeações anuais, havendo para o efeito várias categorias: “Melhor Jogo para Consola”, “Melhor Jogo de Ação/Aventura”, “Melhor Jogo”, “Melhor *Design*”, “Melhor Evento”, entre outros.

conhecimento entendido como “fidedigno” sobre a civilização (Magrid, 2021; Nielsen, 2017; Porter, 2018).

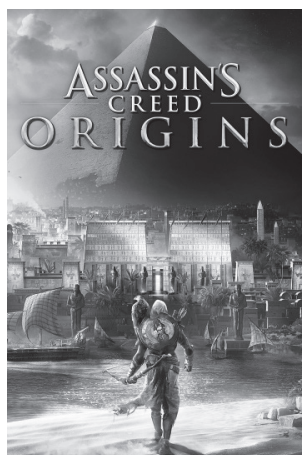


Fig. 6 – Cartaz do videogame *Assassin's Creed Origins* (2017).

O poderoso impacto, facilmente identificado e reconhecível, da própria iconografia egípcia combina-se de forma perfeita com o uso da imagem em movimento, do som e dos ambientes visualmente recriados das expressões audiovisuais, a que modernamente se acrescenta, sobretudo através dos videogames de utilização em massa, a interatividade que coloca o jogador/o Homem do presente como participante direto em cenas e ações do passado (Moser, 2018: 1071). A ação inerente aos jogos confere uma dimensão de “realidade” que supera a dimensão imaginativa associada a outras formas de representação do passado (exposições, literatura, documentários, filmes).

Todos estes domínios (cinema, romance histórico, banda desenhada e videogames) são importantes contribuições e expressões da existência e coexistência de múltiplas leituras e formas de apreensão do passado egípcio e devem, por isso, ser consideradas no âmbito da evolução dos estudos de egiptomania, por um lado, e da própria egiptologia, por outro. Não se pode ignorar, antes, pelo contrário, tem de se reconhecer, o seu enorme poder de influência na formação de ideias e representações sobre o antigo Egito e, sobretudo, o seu papel na globalização do conhecimento cultural sobre a civilização dos faraós, a sua cultura, as suas características, as suas personagens e as suas divindades.

Em suma, a egiptomania, apesar de, por vezes, ser ainda mal-interpretada como uma desproporcionada e mal direcionada paixão e fantasia pelo antigo

Egito, no seu infinito campo de atuação, apresenta-se como o conceito com maior capacidade para condensar as diferentes facetas da receção e da globalização do conhecimento sobre o antigo Egito. A egiptologia e a egiptomania não são fenómenos opostos, em termos cronológicos e académicos, nem mutuamente excluídos. São manifestações da receção do antigo Egito e formas ativas de sobre ele produzir conhecimento, uma vez que ambas fazem chegar esta civilização a diferentes audiências que, assim, a recebem e têm possibilidade de a conhecer e apreender. A egiptomania fornece o pano de fundo que incentiva a afirmação e o reconhecimento da egiptologia como ciência histórica e esta, por sua vez, inspira e motiva as produções egiptomaníacas – relação de mútua emulação (Jarsaillon, 2018: 359, 360; Aziz, 2016: 271).

A forte tensão existente, desde o início, entre egiptomania e egiptologia, isto é, uma postura de oposição entre a disciplina académica, a perspetiva científica, e um fenómeno associado à cultura popular e visto como inferior é, portanto, atualmente bastante menorizada: “Egyptomania and Egyptology are not opposing phenomena, but rather two different yet interacting ways of promoting ancient Egypt” (Dobson & Tonks, 2018: 311; Jarsaillon, 2018: 360); “L’Égyptomanie est donc loin d’être seulement la manie de l’Égypte” (Humbert, 1989: 12).

De facto, a egiptomania implica uma reinterpretação do Egito antigo, com novos significados, no âmbito de diferentes contextos e sensibilidades, e é uma estrutura mental de aceitação e reconstrução, mais ou menos criativa, do passado egípcio.

Sinais de egiptologia e egiptomania em Portugal nos anos 20 e 30 do século XX

O nosso projeto de investigação “Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)”,¹⁶ destinado a compreender os reflexos na imprensa portuguesa da descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon a 4 de novembro de 1922, permitiu perceber que este impactante achado arqueológico – naturalmente do domínio da egiptologia – não só foi uma presença regular nos periódicos nacionais, como essa mesma presença terá instigado também em Portugal o desenvolvimento de interessantes expressões de egiptologia, egiptomania e tutmania.

¹⁶ Para mais detalhes sobre este projeto, *vid.* <http://tutankhamon-em-portugal.mozello.com/>.

No ano seguinte, em 1924, Fernando Val do Rio de Carvalho Henriques, um desconhecido escritor português, publica, em Lisboa, *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon* (Fig. 8), um romance-policial passado em dois tempos narrativos (a época do autor e a época do faraó), sendo de destacar que se tratou de um dos primeiros livros publicados, a nível mundial, sob inspiração de Tutankhamon.¹⁷

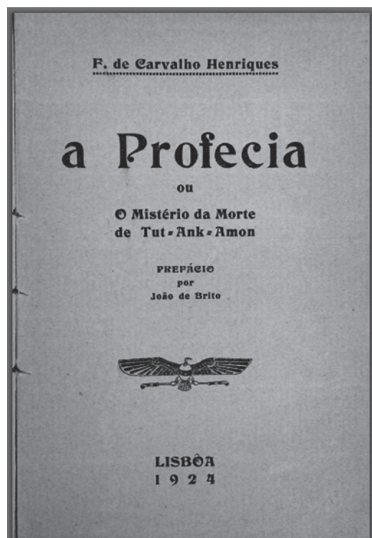


Fig. 8 – Capa do livro *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon*.

A tutmania entre nós ampliou o interesse pelo antigo Egito como um todo e, em consequência, vai dar lugar à inauguração de dois estabelecimentos comerciais profusamente decorados com motivos egípcios: o Café Oriental, inaugurado em Guimarães, em 1926 (Fig. 9), e o Salão Egípcio, em Braga, em 1937. Do primeiro já só restam fotografias e notícias de jornal, encontrando-se atualmente o segundo em processo de recuperação, com vista a ser adaptado a espaço hoteleiro, demonstrando como o antigo Egito continua ainda tão em voga.

¹⁷ A obra de Carvalho Henriques foi apenas precedida pelos livros *King Tut-Ankh-Amen. His Romantic Story*, de Archie Bell, e *The Kiss of Pharaoh. The Love Story of Tutankhamen*, de Richard Goyne, e pelo conto de Agatha Christie *The Grey Cells of M. Poirot: No. I. The Adventure of the Egyptian Tomb (The Sketch)*, todos de 1923.



Fig. 9 – Imagem do Café Oriental (Guimarães)

(<http://araduca.blogspot.com/2017/11/o-cafe-oriental-por-l-de-carvalho.html>).

É certo que a descoberta do túmulo de Tutankhamon em Portugal também suscitou interesse científico-académico (designadamente através dos estudos de Humberto Pinto de Lima),¹⁸ mas a globalização do interesse e do conhecimento do Egito antigo, mediadas, sobretudo, pela descoberta do túmulo do jovem rei fizeram-se sentir em Portugal, especialmente, no domínio da egiptomania.

Conclusão

Desde a Antiguidade até aos nossos dias, os elementos materiais oriundos do Egito, espalhados um pouco por todo o lado (espaços urbanos, museus públicos, coleções particulares, etc.), e a presença intelectual do Egito antigo, transmitida de

¹⁸ Este professor da Universidade do Porto publicaria, em 1925 e 1926, três ensaios dedicados ao Egito da época de Tutankhamon na revista *Diónyssos*, publicada em Coimbra (Sales & Mota 2018a; 2018b).

várias formas e por vários processos, constituem um elemento central da cultura ocidental, onde se cruzam a história, a memória cultural e a cultura material.

Não surpreende, por isso, que a problemática da recepção do antigo Egito através das suas múltiplas formas – talvez seja, até, mais correto falar-se no plural: recepções do Egito antigo – não seja um fenómeno uniforme e unificado de estudar o antigo Egito, mas, sim, o resultado de uma plêiade caleidoscópica de formas de ver, apreender e conceber o Egito antigo e as formas como foi transmitido, traduzido, extraído, interpretado, reescrito, reimaginado e representado (Hardwick & Stray, 2008: 1). Uma coisa é certa, a egiptologia e a egiptomania, com as suas ideias díspares, produtos, construções e representações, mais académicas ou mais esotéricas, mais eruditas ou mais exóticas, mais reais ou mais simbólicas, contribuíram para um contínuo ampliar de conhecimento geral sobre o Egito.

A importância relativa das recepções do Egito antigo deriva essencialmente da escala de questões e problemas que colocam e resolvem, do esquema teórico e/ou metodológico de produção de conhecimento que encerram, da análise crítica que estabelecem e, dessa forma, do impacto que têm no entendimento do passado egípcio e no imaginário que alimentam sobre a cultura faraónica. As recepções do Egito antigo, com a inerente carga de tradição que comportam, são respostas culturais a esse passado. São, elas próprias, construções simbólicas desenvolvidas em torno da cultura egípcia antiga.

Mesmo quando os “conhecimentos históricos” veiculados não se conformam aos aspetos mais rigorosos e científicos, é convocada a memória histórica sobre o antigo Egito e, através dela, estabelece-se um eficaz elo de comunicação com a Antiguidade, procedendo-se a uma transferência cultural, de valores e de gostos. Os poderosos fascínio e sedução que a civilização faraónica exerce sobre o imaginário ocidental de há, pelo menos, 500 anos a esta parte foram, sobretudo nas últimas décadas, fortemente exponenciados pelas diversas formas de comunicação de massas, pelo que a sua quota parte na ampliação e difusão do apreço, quase obsessão, pelo Egito antigo é inegável e gera uma substantiva matriz de uniformidade mundial. Na plena aceção da palavra, o Egito antigo é um assunto popular e amado (egiptofilia e egiptolatria), património de toda a Humanidade, não obstante tratar-se de uma “civilização morta”. Aceitavelmente, o Egito é um tesouro da Humanidade. Também isto é uma vertente da globalização: da globalização do conhecimento, da transferência cultural e da recepção do mundo antigo no presente.

Bibliografia

- Andrews, C. (1983). *The Rosetta Stone*. London: British Museum Publications, Ltd.
- Aufrère, S. H. (1997). Égyptomanisme et égyptomanie: Une tradition ininterrompue du “mythe” égyptien. *Chronique d'Égypte*, 72 (143), 25-40.
- Aziz, C. (1996). L'Égyptomanie. In *L'Égypte Ancienne* (271-275). Paris: Éditions du Seuil.
- Bednarski, A. (2010). The reception of Egypt in Europe. In A. Lloyd (Ed.). *A Companion to Ancient Egypt*, vol. II (1086-1108). Oxford: Blackwell Publishing.
- Bret, P. (1996). Bonaparte en Égypte. In *L'Égypte Ancienne* (203-216). Paris: Éditions du Seuil.
- Curl, J. S. (2005). *The Egyptian Revival. Ancient Egypt as the Inspiration for Design Motifs in the West*. London/New York: Routledge.
- Day, J. (2006). *The Mummy's Curse. Mummymania in the English-Speaking World*. London/New York: Routledge.
- Description de l'Égypte, Publiée par les Ordres de Napoléon Bonaparte* (1994). Köln: Benedikt Tachen.
- Dewachter, D. (1990). *Champollion. Un Scribe pour l'Égypte*. Paris: Gallimard.
- Dobson, E. & Tonks, N. (2018). Introduction: Ancient Egypt in nineteenth-century culture. *Nineteenth-Century Contexts*, 40 (4), 311-315.
- Doyle, N. (2016). The earliest known uses of “l'égyptomanie”/“egyptomania” in French and English. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, 8, 122-125.
- Fazzini, R. A. & Mckercher, M.E. (2001). Egyptomania. In D. B. Redford (Ed.). *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, vol. 1 (458-465). Oxford: Oxford University Press.
- Fritze, R. H. (2016). *Egyptomania: A History of Fascination, Obsession and Fantasy*. London: Reaktion Books.
- Gardiner, A. (1982). *Egyptian Grammar Being an Introduction to the Study of Hieroglyphs* (3.^a ed.). Oxford: Griffith Institute.
- Gorringe, H. H. (1885). *Egyptian Obelisks*. London: J. C. Nimmo.
- Goyon, J.-C. et al. (2004). *La Construction Pharaonique du Moyen Empire à l'Époque Gréco-Romaine. Contexte et Principes Technologiques*. Paris: Picard.
- Habachi, L. (1984). *The Obelisks of Egypt. Skyscrapers of the Past*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- Hardwick, L. & Stray, C. (2008). Introduction: Making connections. In L. Hardwick & C. Stray (Eds.). *A Companion to Classical Receptions* (1-9). Malden: Blackwell Publishing.
- Hassan, F. A. (2003). Imperialist appropriations of Egyptian obelisks. In D. Jeffreys (Ed.). *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism and Modern Appropriations* (19-68). London: Institute of Archaeology, University College.
- Holt, F. L. (1986). Egyptomania: Have we cursed the pharaohs? *Archaeology*, 39 (2), 60-63.
- Humbert, J.-M. (1989). *L'Égyptomanie dans l'Art Occidental*. Paris: Éd. ACR.

- Humbert, J-M. (2020). Plaidoyer pour l'égyptomanie, ou Comment s'approprier une Égypte fantasmée. In M. J. Versluys (Ed.). *Beyond Egyptomania. Objects, Style and Agency* (39-52). Berlin: De Gruyter.
- Jarsaillon, C. (2018). Modern egyptomania and early egyptology: The case of Mariette's 1867 Egyptian temple. *Nineteenth-Century Contexts*, 40 (4), 359-376.
- Jeffreys, D. (2003). Introduction. Two hundred years of ancient Egypt: Modern history and ancient archaeology. In D. Jeffreys (Ed.). *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism and Modern Appropriations. Encounters with Ancient Egypt* (1-18). London: UCL Press.
- Laboury, D. (2006). Renaissance de l'Égypte aux temps modernes. De l'intérêt pour la civilisation pharaonique et ses hiéroglyphes à Liège au xvi^e siècle. In E. Warmenbol (Dir.). *La Caravane du Caire. L'Égypte sur d'Autres Rives* (43-68). Liège: La Renaissance du Livre.
- Lacouture, J. (1988). *Champollion. Une Vie de Lumières*. Paris: Bernard Grasset.
- Laurens, H. (1997). *L'Expédition d'Égypte: 1798-1801*. Paris: Éditions du Seuil.
- Lloyd, A. B. (2010). The reception of pharaonic Egypt in Classical Antiquity. In A. Lloyd (Ed.). *A Companion to Ancient Egypt*, vol. II (1067-1085). Malden: Blackwell Publishing.
- Lupton, C. (2009). "Mummymania" for the masses – Is egyptology cursed by the mummy's curse? In M. Rice & S. MacDonald (Eds.). *Consuming Ancient Egypt. Encounters with Ancient Egypt* (23-46). Walnut Creek: Left Coast Press Inc.
- Lupton, C. (2013). Egyptomania, Western. In R. S. Bagnall *et al.* (Eds.). *The Encyclopedia of Ancient History* (2340-2343). Oxford: Blackwell Publishing.
- Maguid, Y. (2021, 3 de março). Why three Egyptologists are teaching History through Assassin's Creed Origins. *Ubisoft*. Acedido a 18 de fevereiro de 2022, em <https://news.ubisoft.com/en-us/article/7Lp5YHoYIIN7k54Jf0JkpA/why-three-egyptologists-are-teaching-history-through-assassins-creed-origins>
- Moser, S. (2014). Legacies of engagement: The multiple manifestations of ancient Egypt in public discourse. In W. Carruthers (Ed.). *Histories of Egyptology. Interdisciplinary Measures* (242-252). London: Routledge.
- Moser, S. (2015). Reconstructing ancient worlds: Reception studies, archaeological representation and interpretation of ancient Egypt. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 22 (4), 1263-1308.
- Moser, S. (2018). Archaeological representation: The consumption and creation of the past. In C. Gosden *et al.* (Eds.). *The Oxford Handbook of Archaeology* (1048-1077). Oxford: Oxford University Press.
- Murat, L. (1998). Le rêve de Bonaparte. La campagne d'Égypte. In *A la Découverte de l'Égypte* (4-14). Paris: Paris-Musées.
- Murat, L. & Weill, N. (1998). *L'Expédition d'Égypte. Le Rêve Oriental de Bonaparte*. Paris: Gallimard.
- Nielsen, H. (2017, 5 de outubro). Assassin's Creed Origins: How Ubisoft painstakingly recreated ancient Egypt. *The Guardian*. Acedido a 18 de fevereiro de 2022, em <https://www.theguardian.com/technology/2017/oct/05/assassins-creed-origins-recreated-ancient-egypt-ubisoft>.

- Peters-Destéact, M. (1997). *Philae, le Domaine d'Isis*. Mónaco: Éditions du Rocher.
- Pinto, H. (1984). *Imagem da Vida Cristã. Ordenada por Diálogos*, 2 tomos. Porto: Lello & Irmão.
- Porter, J. (2018, 16 de maio). Assassin's Creed has a new mission: Working in the class room. *The New York Times*. Acedido a 18 de fevereiro de 2022, em <https://www.nytimes.com/2018/05/16/arts/assassins-creed-origins-education.html>.
- Sales, J. C. (1999). *Estudos de Egiptologia. Temáticas e Problemáticas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sales, J. C. (2001). Description de l'Égypte. In L. M. Araújo (Dir.). *Dicionário do Antigo Egípto* (270-271). Lisboa: Editorial Caminho.
- Sales, J. C. (2007). *Estudos de Egiptologia. Temáticas e Problemáticas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sales, J. C. & Mota, S. (2018a). Tutankhamon em Portugal: Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939). A revista *Diônysos*, Humberto Pinto de Lima e Tutankhamon. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 18, 227-249.
- Sales, J. C. & Mota, S. (2018b). Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da “maldição da múmia” ao *Hino a Aton*. *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV série, 8 (2), 221-252.
- Sales, J. C. & Mota, S. (2019). Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939): Um contributo para os estudos de recepção do antigo Egípto. *Heródoto*, 4 (2), 27-58.
- Sales, J. C. & Mota, S. (2020). Tutankhamun in Portugal. Reports in the Portuguese press (1922–1939). *Aegyptiaca – Journal of the History of Reception of Ancient Egypt*, 5, 565-609.
- Sauneron, S. (1968). *L'Égyptologie*. Paris: PUF.
- Solé, R. & Valbelle, D. (1999). *La Pierre de Rosette*. Paris: Éditions du Seuil.
- Sottas, H. & Drioton, E. (1991). *Introduction a l'Étude des Hiéroglyphes*. Paris: Paul Geuthner.
- Stearn, P. N. (2010). *Globalization on World History*. London: Routledge.
- Vercoutter, J. (1986). *A la recherche de l'Égypte Oubliée*. Paris: Gallimard.
- Wilkinson, R. H. (2008). Introduction – The past in the present: Egyptology today. In R. H. Wilkinson (Ed.). *Egyptology Today*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fontes audiovisuais

- Description de l'Égypte* (2004). Alexandria: International School of Information Science/ Bibliotheca Alexandrina [DVD].